

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DO
SETOR DE CRÉDITO NO PÓS-REAL**

RAPHAEL BADIN BANDEIRA DE MELLO

N.º de matrícula : 9316590-7-2

Orientador : Márcio G. P. Garcia

Julho de 1997

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DO
SETOR DE CRÉDITO NO PÓS-REAL**

RAPHAEL BADIN BANDEIRA DE MELLO

Ass: *Raphael BB de Mello*

N.º de matrícula : 9316590-7-2

Orientador : Márcio G. P. Garcia

Julho de 1997

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

Agradecimentos

Uma vez concluída minha monografia, e com ela minha graduação, chega-se o momento de agradecer aquelas pessoas que de alguma forma ajudaram para que fosse possível a conclusão desse trabalho.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a toda a minha família, especialmente aos meus pais, pelo estímulo, ajuda e carisma.

Gostaria, ainda, de agradecer a todos os meus amigos do Depto. Gerencial do Banco Icatu S.A, pela solidariedade e companheirismo em todo o tempo que durou esse trabalho.

Agora o agradecimento especial vai para as pessoas que mais me ajudaram nesse trabalho, que foram a minha namorada Ana Paula Cabral da Franca, o grande amigo Bernardo Calmon e o analista de risco interbancário do Banco Icatu, o prezado companheiro Marco Antônio Pereira (pessoa essa que conseguiu me passar uma grande parte do conhecimento técnico que possuo hoje, sobre o mercado de crédito).

Finalmente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Márcio Garcia, pelo apoio e colaboração a mim dispensados durante todo esse período.

Para você, meu avô (pessoa inesquecível), cuja personalidade, inteligência e carisma
foram e sempre serão marcantes.

Índice

I . INTRODUÇÃO.....	9
II . O PAPEL DO CRÉDITO E O ACORDO DA BASILÉIA.....	12
II . 1 . A IMPORTÂNCIA E DEFINIÇÃO DO CRÉDITO.....	12
II . 2 . O ACORDO DA BASILÉIA E A LIGAÇÃO COM O MERCADO DE CRÉDITO	14
III . A ESCALADA DAS MEDIDAS ANTI-CONSUMO NO PERÍODO PÓS- REAL.....	17
IV . COMO FORAM AFETADAS AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS LIGADAS AO CRÉDITO	25
IV . 1. INADIMPLÊNCIA.....	25
IV . 2. SITUAÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO (TENDÊNCIA DO MERCADO) ..	35
IV . 3. TAXAS PRATICADAS	46

	6
IV . 4. CAPTAÇÃO E PRAZO.....	53
V . RESULTADOS EMPÍRICOS.....	60
V . 1. TOTAL DE CRÉDITOS DOS BANCOS MÚLTIPLOS	60
V . 2. VENDAS X SPC	63
V . 3. INFLAÇÃO X TAXA DE JUROS	63
V . 4. A QUESTÃO DOS RECURSOS EXTERNOS	64
V . 5. CONTRASTANDO INDICADORES DE INADIMPLÊNCIA	65
VI . COMO O MAIOR BANCO PRIVADO NACIONAL (O BRADESCO) SE ADAPTOU AS MUDANÇAS DO PÓS-REAL.....	66
VI . 1. ANÁLISE DE RENTABILIDADE	66
VI . 2. ANÁLISE DE RISCO.....	67
VI . 3. QUADRO EVOLUTIVO DA RELAÇÃO: OPERAÇÕES DE RISCO/COMPULSÓRIO X FUNDINGS NATURAIS	68
CONCLUSÃO.....	70

CRONOGRAMA DA PARTE EMPÍRICA (ANEXO)

CAPÍTULO V

Quadro 1 (Capítulo V) = Um Estudo Sobre o Total de Créditos dos Bancos Múltiplos

Quadros 2 e 3 (Capítulo V) = Vendas (SP) X SPC (SP)

Quadros 4, 5 e 6 (Capítulo V) = Inflação X Taxa de Juros

Quadros 7 e 8 (Capítulo V) = Captação de Recursos Externos

Quadros 9, 10, 11 e 12 (Capítulo V) = Contrastando Alguns Indicadores de Inadimplência (Concordatas, Desemprego, Falências Requeridas e Títulos Protestados em São Paulo)

CAPÍTULO VI

Quadro 1 (Capítulo VI) = Balanço Patrimonial

Quadro 2 (Capítulo VI) = Demonstrativo de Resultados

Quadro 3 (Capítulo VI) = Análise de Risco

Quadro 4 (Capítulo VI) = Análise de Rentabilidade

**Quadro 5 (Capítulo VI) = Quadro Evolutivo da Relação: Operações de Risco /
Compulsórios X Fundings Naturais**

CAPÍTULO VII

Quadro 1 (Capítulo VII) = Evolução da Inflação

Quadro 2 (Capítulo VII) = Evolução da Taxa de Juros

Quadro 3 (Capítulo VII) = Evolução das Operações de Créditos

Quadro 4 (Capítulo VII) = Índice de Penetração

Quadro 5 (Capítulo VII) = Evolução do Floating

Quadro 6 (Capítulo VII) = Evolução das Tarifas e Comissões

CAPÍTULO I

I . INTRODUÇÃO

O plano Real foi introduzido oito anos após o início de uma fase de experimentalismo que se iniciou com o Plano Cruzado, em 1986, para depois passar pelo Cruzado Novo (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor I (1990) e Plano Collor II (1991). Nesta fase de experimentalismo o país passou por um verdadeiro cataclisma legislativo na área econômica, onde proliferaram modificações nos preços para cálculo de índices de correção monetária, controle de preços e salários, mudanças no regime monetário, congelamentos nos ativos financeiros, confisco de correção monetária e outros.

É importante ressaltar que o Plano Real seguiu mais o calendário político do que o técnico, principalmente por duas razões: a primeira é a lentidão que o Congresso tem levado para aprovação de reformas; e a segunda é a falta de alternativa política à época anterior à eleição presidencial.

Como mostra a experiência internacional de planos de estabilização bem - sucedidos (pelo calendário técnico), as reformas de base na área patrimonial e fiscal, que constituem o ponto central do plano de estabilização de preços, se não são realizadas imediatamente antes ou mesmo durante as medidas de desindexação,

costumam ao menos serem bem agendadas. Assim, manda o “timing” técnico que as reformas associadas à mudança do regime fiscal e monetário, que compulsoriamente devem seguir a desindexação, já estejam bem encaminhadas.

Quando isto não se dá, é a sociedade que passa a arcar com custos que seriam desnecessários em um programa de estabilização mais bem executado. No caso brasileiro, isto inclui todos os reflexos do vai e vem da política de restrição de crédito, bem como da política de câmbio e tarifas no comércio exterior. A instabilidade daí decorrente, causa prejuízos para consumidores, comércio, intermediação financeira, exportadores e importadores.

Os consumidores serão prejudicados, como ocorreu no segundo semestre de 1995, devido a instabilidade da política creditícia, quando embarcaram em uma onda consumista baseada em crédito fácil, embora embutindo uma taxa de juros altíssima para os padrões internacionais, e esquecendo também que, embora o valor das prestações podia ser fixo, seus rendimentos nominais não aumentariam mais como antes. O resultado disso pode ser, o alcance de altos índices de inadimplência e as suas desagradáveis consequências.

Os produtores são também prejudicados pelas flutuações da atividade econômica, na medida em que se passa de um período de grande crescimento das vendas para uma nova situação de total contenção de despesas por parte dos consumidores endividados. Isto para não falar das elevadas e instáveis taxas de empréstimo de capital aplicadas pelo Governo e pelo mercado.

O comércio tenta equilibrar-se entre as dificuldades dos produtores, que lhes vendem os produtos, e dos consumidores, seus demandantes finais. Com ambos lados

em crise, as consequências negativas de tamanha instabilidade sobre suas margens de lucro são previsíveis.

Por último, a perda de eficiência econômica com a desintermediação financeira se dá tendo-se em vista que a transformação de prazos, quantidades e riscos de ativos financeiros, a maior contribuição do sistema financeiro na intermediação entre poupança e investimento, passa a não ser mais efetuada quando o sistema começa a operar visando a livrar-se de restrições artificialmente criadas pelo Governo. Em adição, cabe lembrar a perda de arrecadação tributária para o Governo quando o sistema financeiro passa a operar de forma a driblar regulações, ou quando transfere suas operações para o exterior.

Voltando exclusivamente ao mercado de crédito, com a implantação do Plano Real e com o controle da inflação, o mercado de crédito passou a ser um dos pilares do mercado financeiro. Houve inicialmente um “boom” dos financiamentos”, que logo em seguida seria seguido por duras medidas restritivas por parte do governo e pela aceleração dos níveis de inadimplência, estimulando a desintermediação financeira, já que também as taxas cobradas pelo mercado oficial eram muito elevadas. Como essa situação não era a mais favorável nem para o governo, nem para a sociedade em sua grande parte, o governo iria voltar atrás em alguma das medidas tomadas anteriormente. Logo é importante lembrar, que o número excessivo de medidas adotadas, mostrava a instabilidade e a incerteza nas decisões por parte do governo, que como já foi dito anteriormente acabou prejudicando muitas pessoas. O que exatamente pretenda-se apresentar nesse trabalho, é o andamento mais detalhado de toda esse processo, que foi de suma importância nessa caminhada para estabilidade econômica.

CAPÍTULO II

II . O PAPEL DO CRÉDITO E O ACORDO DA BASILÉIA

II. 1 - A importância e definição do crédito

Antes de começarmos um trabalho que terá como “personagem principal” o crédito cedido principalmente por bancos comerciais, é importante sabermos a definição, a importância, a justificativa, a abrangência, o risco e o processo de aprovação do processo de crédito.

Primeiramente é importante sabermos que, o crédito é a alavanca essencial dos negócios, onde o mesmo faz com que as possibilidades de produção e intercâmbio se multiplique em muitas vezes. Se formos procurar uma definição clássica para o crédito, esse seria um instrumento de política financeira a ser utilizado por uma empresa comercial ou industrial na venda a prazo de seus produtos ou por um banco na concessão de um empréstimo, de um financiamento ou de uma fiança.

A finalidade principal para o banco que pratica esse tipo de operação, é o reembolso do crédito, o que leva a se pensar no final da operação. A finalidade da operação (se por exemplo será para o estoque de mercadorias, para o financiamento de instalações, ou para compra de matérias - primas) também é de grande importância, logo o início e fim da operação se completam.

Outro ponto importante, é quanto a duração do crédito solicitado. O crédito de curto prazo, é aquele concedido às empresas para possibilitar ao seu ciclo comercial a flexibilidade desejada. Já o crédito de longo prazo, é o que financia os investimentos, cujas consequências geralmente só aparecerão totalmente num prazo mais dilatado. Para esses dois tipos de créditos, é de suma importância que a instituição que esteja cedendo o crédito conheça bem a empresa tomadora (isso inclui a saúde financeira da empresa, seus diretores suas diretrizes, e outros pontos), para que a mesma instituição aumente sua probabilidade de ser reembolsada.

E por isso que algumas das operações de créditos são feitas com base em garantias (que podem ser fianças bancárias, hipotecas, títulos e mercadorias). Mas qualquer que seja a garantia, vale ressaltar, que o objetivo do banqueiro não é executá-la, e sim, como já dito anteriormente obter o reembolso de seu empréstimo.

Vender crédito para um banco comercial, é comprar risco. Quanto maior for a rentabilidade, maior será o risco. Logo, todo o crédito deverá ser analisado em função do risco e não de sua rentabilidade.

É da própria natureza dos bancos assumir riscos. Logo é de se esperar, que tenha bancos com posturas mais agressivas e outros com posturas mais conservadoras (quando deixam de assumir retornos maiores ao assumirem riscos proporcionalmente menores). Mas uma conclusão parcial a que podemos chegar, é que a rentabilidade deve ser consequência de um risco aceitável, já que não adianta cobrar juros altíssimos, por um empréstimo que dificilmente será pago.

Antes de finalizar essa questão , não poderia deixar de se mencionar como se dá o processo do fluxo de solicitação de crédito num banco comercial. O primeiro passo

quem faz, são geralmente os gerentes dessas instituições e sua equipe, que têm como tarefa contactar clientes potenciais, visitá-los e mostrarem seus produtos. Dado esse primeiro contato, e mostrado o interesse por parte do cliente, esse terá todos os dados possíveis de sua empresa analisado, pelos analistas da instituição cedente, que darão seu parecer sobre a situação da empresa e do mercado desta, além do limite a ser operado, avaliando assim a viabilidade da realização do negócio proposto e preparam o pedido de crédito aos seus superiores. Esse últimos (que geralmente são diretores, ou membros da Divisão de análise e controle de risco) é que são a instância máxima dentro da instituição e que serão responsáveis pela apreciação, julgamento e deliberação dos processos de créditos dentro das mesmas.

Logo a conclusão que podemos chegar, é que agilização, a uniformidade das decisões, seguindo os padrões definidos pela política de crédito, além de um modelo de controle de risco de tais operações, são os fatores que mais se destacam para que as instituições financeiras venham a obter ótimos resultados.

II.2- O Acordo da Basiléia e a ligação com o mercado de crédito

Acordo da Basiléia em suma estabelece regras básicas de prudência bancária a partir do grau de risco da estrutura ativa das instituições financeiras. A adesão do Brasil a esse acordo foi regulamentada através da Resolução 2.099 do Banco Central, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em 17 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições de acesso ao sistema financeiro nacional e altera os critérios de definição de capital, patrimônio líquido e alavancagem de crédito.

A nova legislação passou a classificar os ativos bancários em quatro categorias de acordo com o risco:

1ª) Risco zero - ponderação de 0%: caixa, reservas junto à autoridade monetária, títulos e créditos junto ao governo federal, ao Banco Central e às instituições financeiras ligadas etc.;

2ª) Risco reduzido - ponderação de 20%: depósitos bancários de livre movimentação, crédito e depósitos em moedas estrangeiras, cheques e outros papéis a compensar, créditos tributários, aplicações em ouro físico etc.;

3ª) Risco reduzido - ponderação de 50%: aplicações em títulos estaduais e municipais, CDB's, letras de câmbio e letras imobiliárias, aplicações no interbancário, aplicações em moeda estrangeira no exterior (aviso prévio e prazo fixo), operações de compra e venda de moeda estrangeira e de ouro etc.; e

4ª) Risco normal - 100% de ponderação: aplicações em ações, debêntures, obrigações da Eletrobrás, Títulos da Dívida Agrária, operações vinculadas a bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, outras operações de câmbio, operações de câmbio, operações de financiamento e empréstimo, créditos específicos do BNDES e da CEF, avais, créditos diversos, dentre outros.

Feita a ponderação, os bancos devem ter uma capital efetivo de pelo menos 8% de seus ativos, o que significa que as instituições podem alavancar em operações ativas de até 12,5 vezes o seu patrimônio líquido. Antes, os riscos dos bancos eram calculados de acordo com sua estrutura passiva, sendo-lhes permitido alavancar até 15 vezes o seu patrimônio líquido. Com a nova legislação, procurou-se eliminar as distorções inerentes ao sistema de vinculação do capital ao passivo, que tende a fixar um capital aquém do necessário para garantir a solvência de instituições com uma política de crédito mais agressiva e um capital excessivo para as instituições com um comportamento mais

conservador (a data limite para o enquadramento às novas regras por parte das instituições financeiras atuantes foi fixada em 31.12.94).

Essas novas regras vieram a influenciar de uma forma bastante direta o mercado de crédito, já que como estas operações tinha uma ponderação de 100% na hora de avaliar o risco de cada instituição, os bancos de menor porte só poderiam alavancar suas operações de crédito mediante a novos aportes de capital (seja através de fusões ou de injeção de capital próprio), e os bancos de maior porte viriam a ficar mais atentos para que não viessem a ficar desenquadrados mediante ao Banco Central.

A nível de informação, além de atrelar o capital das instituições à sua estrutura ativa ponderada pelo risco, o Banco Central fixou novos níveis mínimos absolutos de capital realizado e patrimônio líquido de acordo com o tipo, o tamanho e a localização da sede e suas dependências (a data limite de adequação às novas exigências foi fixada em 30.04.95, com uma possível prorrogação de seis meses para as instituições em dificuldades e com um plano de monitoramento definido). Como várias instituições não tinham como atender às novas exigências, teve-se início um intenso processo de fusões e incorporações e de mudança de enquadramento.

As principais críticas são: que não se levava em conta os riscos de variações nos preços de ativos, provocadas por alterações na taxas de juros e/ou no câmbio; ser um instrumento utilizado pelos bancos centrais para incentivar a aquisição de títulos públicos pelos bancos; levar as instituições bancárias a compensar os custos de manutenção de um nível mais elevado de capital através da concessão de empréstimos mais rentáveis e arriscados; e estimular a realocação de recursos em prejuízo das operações de empréstimos, que, com isto, sofreriam uma redução.

CAPÍTULO III

III - A ESCALADA DAS MEDIDAS ANTI - CONSUMO NO PERÍODO PÓS - REAL

Esse capítulo tem como intuito expor as principais medidas adotadas pelo Governo que de alguma forma afetaram o crédito no período entre Julho/94 e julho/97, para que, em primeiro lugar, tenhamos em mente uma idéia bem clara da ordem cronológica dos fatos, e também, para que em capítulos posteriores, possamos com base nessas medidas, estudar as principais consequências das mesmas na economia como um todo. Tais medidas¹ foram:

JULHO 94

- Aplica o compulsório de 100% do crescimento dos depósitos a vista nos bancos.
- Aplica compulsório de 20% sobre crescimento dos depósitos a prazo e de caderneta de poupança.

SETEMBRO 94

¹(Fonte: SISBACEN)

- O compulsório de CDB e caderneta de poupança sobe para 30% e passa a incidir sobre os saldos.

OUTUBRO 94

- Foi criado um compulsório de 15% sobre empréstimos bancários.
- Estabeleceu-se um limite de três meses para pagamento de empréstimos bancários.
- Os consórcios foram proibidos de formar novos grupos, e o prazo foi reduzido para 12 meses.
- Os bancos foram proibidos de emprestar às empresas de factoring².

DEZEMBRO 94

- Os bancos foram proibidos de aumentar o capital de empresas de factoring.

FEVEREIRO 95

- As operações de Leasing para automóveis foram suspensas.
- O prazo para consórcios foi reduzido para seis meses.

ABRIL 95

- O IOF para pessoas físicas foi triplicado de 6 para 18% ao ano.
- Os bancos foram proibidos de financiar cheques pré - datados as lojas.

²Empresas que compram o crédito concedido para o varejo pela indústria

- Foi criado um compulsório adicional de 60% sobre novas emissões de CDBs.

MAIO 95

- O BC flexibilizou as regras do compulsório sobre os depósitos a prazo para melhorar as taxas de juros dos CDBs e aliviar as penalidades impostas aos pequenos bancos. O BC passou a remunerar em 100% da taxa Selic os depósitos compulsório feitos em espécie (antes a remuneração era de 90%). As instituições financeiras com saldo de aplicações de até R\$ 15 milhões, ficaram isentas do recolhimento adicional de compulsório de 60% sobre depósitos a prazo.
- O BC admitiu que os créditos em liquidação fossem refinanciados fora do limite do prazo de 90 dias e não sujeitos ao recolhimento de 15%.

JUNHO 95

- Eliminação do recolhimento compulsório de 15% sobre novos empréstimos. O compulsório sobre o estoque de operações ativas foi reduzido de 15 para 12%.
- Elevou-se de 100 para 110% da taxa overnight Selic a remuneração do recolhimento adicional de compulsório de 60% sobre a captação a prazo a partir da 1ª semana de julho.
- Foi suspenso o recolhimento compulsório adicional de 60% sobre o que excedesse os limites fixados pelo BC para captação de CDB, RDB e as letras de câmbio.
- Reduziu-se o compulsório sobre operações de crédito de 12 para 10%.

JULHO 95

- O BC ampliou os prazos e reduziu os custos de financiamentos de investimentos e capital de giro para micro e pequenas empresas, pequenos produtores rurais, cooperativas e profissionais liberais. Os prazos de financiamento foram elevados de 3 para 60 meses. O compulsório de 10% sobre empréstimos foi eliminado e o custo final do financiamento passou a ser TJLP mais 2% a 3% ao ano.

AGOSTO 95

- O prazo de financiamento para compra de automóveis foi elevado de 3 pra 6 meses.
- Foram eliminadas as restrições nos empréstimos destinados a compra de ônibus, caminhões, máquinas e implementos agrícolas. Para as demais operações de crédito, foi mantido o prazo de 3 meses.
- Acabaram as restrições para lances nos consórcios de caminhões, ônibus, máquinas e imóveis.
- Foi reduzida de 70% para 60% a exigência de recolhimento diário compulsório sobre depósitos a vista.
- Foi reduzido o compulsório sobre depósito a prazo de 30% para 20% (17% em títulos e 3% em espécie).
- Diminuição de 10 para 8% do compulsório sobre o crédito.

- Isenção do compulsório de 83% sobre depósitos a vista e 60% sobre o floating³ para saldos até 2 milhões.
- Redução de 30 para 15% do compulsório sobre depósitos de poupança.
- Redução do IOF de 18 para 15% nas operações de empréstimos a pessoa física e de 18 para 6% nos financiamentos a imóveis não residenciais.
- Foi alterada a estrutura de recolhimento compulsório sobre os fundos de investimento criados em julho: sobre as aplicações com menos de 30 dias, subiu de 30 para 40%; sobre as aplicações entre 30 e 60 dias, caiu de 10 para 5%; e sobre as aplicações com mais de 60 dias, caiu de 5 para 0%.
- Foi autorizado o refinanciamento em condições especiais de dívidas vencidas até 31 de julho.
- Foram liberadas as operações de leasing para veículos do tipo utilitários e destinados a profissionais autônomos.

SETEMBRO 95

- O BC dobrou para 30 milhões o limite de isenção para o compulsório sobre depósitos a prazo e antecipou em uma semana a devolução dos recursos que estavam recolhidos como compulsório de poupança.
- Redução de 8 para 5% do compulsório sobre empréstimos.

³ Receita dos bancos com depósitos não remunerados

- Redução em dois pontos percentuais, em média, das taxas de redesconto bancário, que passaram de 10 para 8% acima do over-Selic para operações de bancos comerciais dentro de limite preestabelecido.

NOVEMBRO 95

- O prazo para operações de empréstimos e financiamentos, inclusive no crédito ao consumidor passa de três para seis meses.
- As compras com cartão de crédito voltam a ter financiamento, podendo ser pagas em até quatro vezes.
- Foi autorizada a formação de novos grupos de consórcios de eletrodomésticos e eletrônicos com prazo mínimo de 24 meses.
- Foi extinto o compulsório sobre as operações de crédito.

MARÇO 96

- O IOF sobre empréstimos foi reduzido de 3 para 1,5% para pessoas jurídicas e de 15 para 12% para pessoas físicas.
- Os 3% do compulsório em espécie sobre depósitos a prazo passam a ser remunerados com TR + 6%, ao invés de Selic (cujo rendimento equivalia a TR + 17 ou 18%). Por outro lado poderão ser usados para refinarciar dívidas até R\$ 80 mil por um ano, no mínimo, ao custo de TR +12%.
- Através da Circulares n^{os} 2.679 e 2.680, o CMN buscou estimular a canalização de recursos de instituições financeiras para a renegociação de dívidas de micro e pequenas empresas no valor de até R\$ 50 mil, por um prazo mínimo de 12 meses e

máximo de 24 meses. A nova regulamentação permite a utilização das exigibilidades do recolhimento compulsório sobre depósito a prazo na renegociação daquelas dívidas, ou mesmo na realização de repasses interfinanceiros com este objetivo, através do Depósito Interfinanceiro Vinculado a Dívidas Renegociadas. A remuneração daquele compulsório seria reduzida gradualmente a partir de maio até chegar a zero na terceira semana de junho.

ABRIL 96

- Eliminação do limite de prazos nos novos empréstimos e financiamentos a serem tomados por pessoas físicas e jurídicas junto aos bancos. Desde novembro de 1994 este financiamento estava limitado a seis meses.
- Fim da suspensão das operações de arrendamento mercantil (leasing) para autoveículos.
- Diminuição de 12 para 6% do IOF incidente sobre os empréstimos e financiamentos tomados por pessoas físicas em prazo igual ou superior a 365 dias.

MAIO 96

- Foi liberado o prazo de pagamento de débito no cartão, mas no crédito rotativo o pagamento mínimo continua sendo de 50%.

JUNHO 96

- O BC eliminou o limite de financiamento de bens e serviços adquiridos através de cartão de crédito, na modalidade do crédito rotativo. Agora, ficará a critério da administradora fixar esse limite. Desde dezembro de 95, as administradoras só

podiam financiar 50% do valor da fatura mensal. Com a liberação, o pagamento mínimo deverá ficar, em média, em 20% do total.

OUTUBRO 96

- O BC permite o financiamento do valor de faturas de cartão de crédito, sendo que as instituições financeiras passariam a poder financiar até 50% do valor de bens e serviços adquiridos mediante a utilização de cartão de crédito, sendo que essas operações teriam no máximo três meses.

MARCO 97

- O BC solicita junto as instituições financeiras a prestação de informações diárias junto ao mesmo das taxas médias de aplicação e dos saldos das carteiras de empréstimos (valores dos estoques).

- **ABRIL 97**

- O BC eleva o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 6% para 15% sobre as operações de crédito para pessoas físicas.

MAIO 97

- O BC determina as instituições que especifiquem a prestação junto ao mesmo de informações sobre clientes, objetivando a implementação do sistema de Central de Risco de Crédito.
- O BC veda as instituições financeiras a concessão de operações de crédito destinadas ao financiamento de bens e serviços adquiridos no exterior.

CAPÍTULO IV

IV - COMO FORAM AFETADAS AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS LIGADAS AO CRÉDITO

IV.1 - Inadimplência

FEVEREIRO 95

O crescimento da inadimplência - que saltou de 1,98% do total de cheques emitidos em janeiro de 94 para 3,47% no mesmo mês deste ano (segundo a Teledata), trouxe de volta os cobradores das lojas e tornou as financeiras mais rigorosas na concessão de crédito.

Nos Lojas Cem, por exemplo, a porcentagem de inadimplentes passou de 1,49% do total do faturamento em julho, início do Plano Real, para 2,73% em janeiro passado, quando a loja gerou US\$18 milhões. Esses números foram consequência do aumento de cheques pré-datados, principalmente aqueles dados para as compras do Natal. Até o final do ano passado os cheques eram aceitos sem maiores conferências. Como a procura pelo pré-datado cresceu as lojas relaxaram na conferência.

Além da inadimplência, os comerciantes estavam preocupados porque o valor médios dos cheques sem fundo também cresceu. Passou de R\$88,00, em janeiro de 94, para R\$158,00 no mês passado (segundo o Teledata).

Houve “uma abuso” nas compras a prazo principalmente das classes C e D. Compras estas motivadas pelo entusiasmo do plano e sem uma análise do seu orçamento doméstico. A consequência, foi que acabaram as festas e o 13º mas ficaram as dívidas, que não estavam sendo honradas.

Agora, as pessoas atrasavam seus pagamentos porque compraram acima da sua capacidade de pagamento, estimuladas pela estabilidade dos preços. Antes, as pessoas não honravam suas dívidas porque havia a recessão e o desemprego.

MARÇO 95

É interessante que os consumidores que decidiram trocar seu carro organizaram melhor seu orçamento do que aqueles que se programaram com cheques pré-datados para renovar a casa ou melhorar o guarda-roupas. A inadimplência, reclamada pelo comércio, não atingiu, por exemplo, o financiamento de veículos. De outubro até agora, a falta de pagamento as empresas de crédito e financiamento foi de apenas 1%.

Se a inadimplência não assustava as financeiras que atuavam no setor de veículos, a perspectiva de novas medidas de restrição ao consumo funcionavam como uma ameaça ao setor. Um novo pacote econômico poderia trazer de volta o fantasma da recessão.

Se o comércio em geral estava amargando a falta de pagamento dos consumidores, as financiadoras reclamavam da ausência de clientes: as financeiras calcularam queda de 70% a 80% no volume de negócios de outubro até tal data.

Das 8 mil lojas de veículos usados existentes em São Paulo, 1.300 fecharam suas portas. Caso o Governo não tomasse nenhuma providência, estimava-se que mais 15% deveriam quebrar ou sair deste ramo a partir do início de abril.

ABRIL 95

O número de registros recebidos pelo SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) aproximou-se em março de 200 mil consumidores, o que projetava um crescimento de 150% em relação ao mesmo mês de 1994.

Este número refletia compras a prazo realizadas de novembro a janeiro. O consumidor teria que limpar seu nome no SCPC antes de fazer novas compras a prazo e os comerciantes passariam a ser mais cautelosos no crediário.

A atividade de concessão de financiamentos passou a ser exercida por recursos próprios das lojas e outras operações paralelas.

A paralisação do crediário para bens de maior valor provocou o fechamento de 1.300 das 8.300 lojas de veículos usados. E constatou-se que, de novembro de 1994 a março de 1995, o índice de inadimplência (mais de 30 dias de atraso) subiu de 3% para 6% da carteira de empréstimos.

Muitas lojas e financeiras assustadas com os calotes dos consumidores, preferiram vender menos adotando critérios mais rígidos para a concessão de financiamentos. As empresas de factoring, por exemplo, que compram o crédito concedido para o varejo pela indústria, reduziram em 30% o volume de operações desde outubro.

A inadimplência chegou a 5% das operações das empresa, que movimentam uma média de US\$ 500 milhões por mês. Esse índice, em tempos de normalidade, fica ao redor dos 2,5%.

MAIO 95

Nas financeiras, de acordo com fontes do mercado, a inadimplência aumentou, de outubro do ano passado até hoje de 2% para 6% do total emprestado.

AGOSTO 95

As principais exigências das instituições, que passaram a operar de maneira mais cautelosa, foram aumentar o valor da entrada, avaliar mais a capacidade de pagamento do cliente e não tanto seu perfil histórico e em financiamento de carros, atuar em parceria com o revendedor, para que ele também fosse um aliado na avaliação de pagamento do cliente.

SETEMBRO 95

Nesse período era arriscado colocar dinheiro barato no mercado porque a inadimplência continuava estabilizada em um patamar elevado. Na Loja Cem, por exemplo, o atraso no pagamento superior a 30 dias girava em torno de 8% do valor das vendas a prazo. Em abril, o índice de era de 5%. A rede não alterou os juros do crediário de 10% ao mês, em até 12 vezes. O aumento no número de demissões na indústria era um fator que estava sendo levado em conta na hora de reduzir os juros no crediário.

DEZEMBRO 95

A inadimplência no mercado de crédito para à pessoa física, , estava na faixa de 8% a 10% da carteira das instituições. Para compensar as perdas, os bancos levaram as taxas de juros para cerca de 10% ao mês. Outro fator de risco para 1996, era a possibilidade de aumento do desemprego.

Só para se ter mais uma idéia, numa pesquisa pela Consultoria Austin Assis sobre os 162 principais bancos múltiplos do país, os créditos de liquidação duvidosa desses mesmos multiplicaram-se por quatro, entre dezembro de 1993 e dezembro de 1995, situando-se nesse último mês, em 24,5% do patrimônio líquido. Uma das principais causas desse número foram os juros elevados.

ABRIL 96

Especialistas da área de crédito estavam pessimistas com a possibilidade de recuo da inadimplência. Como justificava para a cautela eles relacionavam os seguintes fatos: a previsão de crescimento moderado da economia neste ano, de juros ainda elevados, e crédito contido e o desemprego.

O Serviço Central de Proteção ao Crédito revelou um repique da inadimplência em março em diversos indicadores. Um deles foi o número de carnês de crediário com mais de trinta dias de atraso, que saltou 47% no mês passado, para 167 mil. Esse indicador, que havia atingido 175 mil no final de 1995 e caído em janeiro e fevereiro, voltou a subir.

Acreditava-se que a inadimplência jamais voltaria aos níveis históricos da época de inflação elevada, quando o número mensal de carnês com trinta dias de atraso oscilava de 60 mil a 80 mil. A inflação favorecia os devedores, já que uma dívida que inicialmente representava 30% da renda de um assalariado, caía para 15% em seis meses, corroída pela inflação.

Uma das causas do aumento da inadimplência foi o aperto do crédito, que “travou” as possibilidades de renegociação.

Esperava-se, porém, um alívio progressivo com medidas emergenciais como a renegociação da dívida das pequenas empresas. O plano reunia fundos no valor de R\$1,9 bilhão que viabilizariam a realização de 250 mil operações de rolagens, considerando-se que dívida média de empresas desse porte era de R\$8mil.

O repique dos atrasos em março foram provocados pelo aumento das vendas no final do ano passado, pelo alargamento dos prazos dos financiamentos, que trombaram-se com o crescimento do desemprego.

As normas da Circular 2674/95 do BC ainda precisavam de flexibilidade, porque apesar de facilitar a renegociação dos débitos das micros e pequenas empresas, isoladamente se revelavam insuficientes.

Ficava evidenciado que o BC deveria criar condições para que as empresas e pessoas físicas pudessem renegociar suas dívidas junto ao sistema financeiro em condições e prazos favoráveis, como redução dos depósitos compulsórios e das alíquotas do IOF.

Outras medidas urgentes para reverter para o quadro da inadimplência e insolvência seriam a criação de linhas de crédito para capital de giro para as empresas de menor porte, em prazos e condições compatíveis; liberação dos prazos de financiamento para as instituições financeiras; ampliação gradativa dos prazos de recolhimento dos impostos federais e encargos sociais e revisão das multas e encargos sobre os impostos atrasados. O segmento das micros e pequenas empresas não necessitava exatamente de subsídios, mas de uma linha de crédito com juros compatíveis com as suas condições.

Todos os indicadores de inadimplência mostravam um quadro explosivo a partir do terceiro trimestre de 1994 e que se agravou ao longo de 1995 com reflexos negativos sobre o panorama geral da economia.

Outros agravantes que se somaram ao cenário da inadimplência foram o IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, que era pago de dez em dez dias, o aumento do volume de operações de crédito e o alongamento dos prazos com a implantação da estabilização.

JUNHO 96

O atraso no pagamento dos financiamentos ao consumidor estava 50% acima da média histórica registrada pelo setor.

A mudança do patamar histórico foi o resultado da combinação de taxas de juros altas, entre 6% e 9% ao mês, e inflação mensal de 1,5%. Além disso, o que agravava o quadro foi o aumento do desemprego.

A inadimplência no financiamento de veículos em maio do ano passado era de 2,5%; no material de construção e no crédito pessoal, de 5% e no de vestuário de 19%. Esses números caíram neste ano para 1,5%, 3% e 10,5%, respectivamente.

No caso dos cartões de crédito a tendência da inadimplência foi de queda. Isso porque o Governo permitiu o refinanciamento das dívidas, que era limitado até então a 50% do valor.

O pagamento das faturas atrasadas acima de 60 dias era de 2% do total das contas a receber das administradoras. O recorde foi batido em agosto de 1995, com 5,5%. A média histórica de inadimplência do setor era de 1%.

A taxa de inadimplência no crédito direto ao consumidor (CDC) já havia se reduzido quase pela metade desde seu pico em 1995 (segundo dados da Servloj, referentes a uma carteira total administrada de R\$100 milhões). Em novembro de 1995,

os atrasos acima de 180 dias correspondiam a 11,44% da carteira da Servloj. Em junho de 1996, esse haviam caído para 5,80%. As principais causas disso foram a redução dos juros, ao aumento dos prazos, e ao crescimento da presença da classe média, com maior poder aquisitivo, no CDC.

SETEMBRO 96

Houve um crescimento da inadimplência nesse mês, com relação a agosto. Veja no quadro abaixo como foi a evolução do índice de inadimplência Servloj para o Brasil, entre setembro de 1994 e setembro de 1996 :

Fonte: Servloj (Gazeta Mercantil - 18/10/96)

Mês	Atrasos de pgto. (% de 1 a 30 dias)	Atrasos de pgto. (% acima de 180 dias)
Set/94	16.33	4.94
Set/95	32.91	9.95
Out	38.30	10.92
Nov	35.35	11.44
Dez	30.85	10.44
Jan/96	22.85	9.63
Fev	25.65	9.71
Mar	25.17	9.37

Abr	24.39	8.41
Mai	24.58	7.55
Jun	24.43	5.80
Jul	25.48	5.75
Ago	22.13	5.10
Set	25.86	5.60

Dá para se notar claramente nesse quadro , que os índices de inadimplência vinham quase todos os meses baixando desde novembro de 1995, mas que no último mês (setembro de 1996), esses índices subiram. A principal causa disso, foi o alongamento dos prazos por parte do mercado, aumentando assim a massa tomadora de empréstimos (já que essa medida significa a redução em termos nominais da prestação que o indivíduo tem que pagar), e por outro lado aumentando o risco da operação, já que quanto mais “velho” é o crédito, maior o risco de inadimplência. Vale lembrar que o alongamento dos prazos, tinha como objetivo conquistar mais clientes, no concorrido setor do crédito direto ao consumidor, o que fez muitas empresas se descuidarem do controle da qualidade de crédito.

Num estudo feito pela MCM Consultores⁴, o brasileiro já estava comprometendo 46,1% de seu orçamento familiar apenas com o pagamento de prestações de gastos correntes (sem contar as prestações da casa própria). Há um ano esse percentual não passava de 21,5%. Para se ter uma base de comparação, os americanos destinam cerca de 70% do orçamento mensal ao pagamento de financiamentos, incluindo aí a prestação da casa própria.

DEZEMBRO 96

O mercado acreditava nesse final de ano que as perdas das financeiras em função da inadimplência poderiam ficar em torno de 2% do créditos concedidos, depois de ter atingido em 1995 o patamar de 6%. Essa sensível melhora era creditada pelo mercado a um maior cuidado tomado pelas empresas na concessão do crédito, ao aperfeiçoamento do sistema de cobrança e principalmente à melhor situação da conjuntura econômica.

MAIO 97

A inadimplência voltou a bater o recorde em maio, contrariando o comportamento típico do mês e a expectativa do comércio de queda dos números. O Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) recebeu nesse mês 278.493 registros de carnês em atraso, um total 57,5% superior ao mesmo mês do ano passado e 2,7% maior que abril. O recorde anterior ocorreu em março, com 275.915 registros.

O mercado não esperava esse recorde, porque de uma forma geral, o mês de maio, tende a ser um mês de queda de inadimplência. As principais causas desses altos

⁴ (tendo como fonte o jornal O Globo, de 21/09/1996)

índices, foram o alongamento dos prazos de financiamento (que poderiam estar mudando a sazonalidade da inadimplência), o aumento do desemprego, a queda da renda, e a entrada de tomadores de empréstimos com baixa renda, estimulados pelas facilidades de pagamentos ofertadas pelo mercado.

A inadimplência também bateu na porta das financeiras. Na Fininvest (uma das grandes financeiras do país), o índice oscilava entre 4,5% e 5% do total da carteira de empréstimos, quando o esperado era que caísse em abril e maio para 2,5%, repetindo o comportamento dos anos anteriores.

Mas também vale ressaltar que um número cada vez maior de devedores estavam procurando renegociar prestações atrasadas, cheques pré-datados sem fundos e dívidas de cartões de crédito. Entre janeiro e maio do ano passado, foram acertados 338.014 carnês de inadimplentes. Este ano, foram cancelados 519.110 dívidas, um aumento de 53,57% em relação a 1996. A explicação plausível para esse fato, é que como o estoque de inadimplentes era maior, o acerto de dívidas também foi maior.

IV.2 - Situação do mercado de crédito (tendência do mercado)

AGOSTO 94

Os bancos iniciaram o caminho de volta as negócios do mundo real. Ainda discretos, para não provocar reações restritivas, o sistema financeiro ampliou violentamente o volume de crédito para pessoas físicas em apenas 45 dias de Plano Real. Para se ter uma idéia, o total de empréstimos para consumo cresceu de US\$1,5 bilhão para US\$ 4 bilhões, um aumento superior a 150%.

Os bancos fizeram de tudo para emprestar mais. O objetivo era compensar as perdas de receita inflacionária com recursos baratos mantidos em depósitos á vista ou em trânsito de uma conta corrente para a outra. O crédito direto ao consumidor, por exemplo, que consumia 18% do total de empréstimos oferecidos pelos bancos na década de 70, caiu para apenas 1% nos últimos anos. As instituições de menor porte estavam com dificuldades para atender à demanda de crédito.

A decisão do Governo de recolher do Banco Central 100% dos recursos das contas - correntes dos bancos como depósito compulsório dificultou a vida das financiadoras que forneciam crédito às lojas de varejo. As vendas a crédito cresceram tudo o que podiam porque a exigência do compulsório acabou elevando as taxas de juros no mercado. Por conta disso, a oferta de dinheiro ao consumidor ficou no limite.

As operações de financiamento vinculadas à venda de bens e serviços não registraram crescimento durante os primeiros 45 dias do Plano Real. O que pode ter aumentado foram os financiamentos próprios das lojas e de outros instrumentos. O saldo de financiamento do setor recuou em julho/94, apresentando pequena recuperação na primeira quinzena de agosto e ficando neste momento próximo aos US\$ 2 bilhões, praticamente igual aos níveis alcançados no final de junho. As financeiras enfrentavam dificuldades de captação de recursos em prazos e juros adequados para atender à demanda.

Enquanto isso, os negócios com cartões de crédito refletiam o crescimento do consumo. O cartão Bradesco Visa registrou expansão de 67% no volume de vendas em julho diante do resultado de junho e aumento de 50% no volume de transações. Para agosto, a previsão era de crescimento de 20% sobre julho. Esse desempenho não

representava, entretanto, uma explosão de consumo mas a migração de outras modalidades de pagamento para o cartão de crédito. Percebia-se uma mudança de comportamento do consumidor, usando mais o cartão em substituição ao cheque pré-datado e a outros meios de pagamento, além de uma mudança do próprio comerciante, devido à queda da inflação.

SETEMBRO 94

Houve uma queda de 10%, em média, no ritmo da concessão de novos financiamentos para o consumo no País. Os compradores se afastaram das vendas a prazo, principalmente por causas dos juros bancários. O consumidor estava mais cauteloso e preferia fazer os seus pagamentos em três vezes, com cheques pré - datados, sem juros. Prova disso, foi o fato da emissão de cheque pré - datado no país ter batido o recorde na primeira semana de setembro/94. O pré - datado correspondeu a 61,24% das consultas entre os dias 1º e 7 de setembro. Acima dos 60,48% de agosto. Números da Associação Comercial de São Paulo confirmaram a alta. Após fechar agosto com queda de 3,5% sobre o mesmo mês em 93, as consultas os Telecheque (vendas à vista e pré - datados) nos dez primeiros dias de setembro registraram alta de 5% sobre igual período de 93. A explicação para o pré - datado ter voltado com força foram as promoções nas lojas de confecção que ofereciam a opção de parcelar em até cinco vezes, e os postos de gasolina.

Segundo a Acrefi, a taxa de juros pós - fixada cobrada pela financeiras nesta data oscilava entre 4% e 6% no mês, contra 3,5% e 5,5% do mês anterior. Já o pré - fixado variava entre 6% e 7% no período anterior. Esta subida dos juros conseguiu desacelerar, mas não reverter os negócios do crediário. Em agosto, as consultas ao SPC (Serviço de

Proteção ao Crédito) da ACSP cresceram 46,7% e nos dez primeiros dias de setembro/94, ficaram 42,5% acima de igual período do ano anterior.

As administradoras de cartão de crédito eram outro segmento que estavam registrando incremento nos negócios. Estimava-se que o setor iria fechar o segundo semestre do ano de 94 com quase 10 milhões de associados, o que significava um crescimento de cerca de 10% sobre o primeiro semestre. Só em setembro 200 mil pessoas se tornaram usuárias de cartão. O faturamento do mês foi de US\$ 1 bilhão, cerca de 122% superior ao de junho. Até o final do ano, o segmento estimava faturar perto de US\$10 bilhões e o número de usuários triplicar até meados de 1995. O fim da cobrança de juros nas vendas a prazo com o real fez com que o cartão passasse a ser a forma de pagamento preferida. Além disso, o número de estabelecimentos que passaram a aceitar cartão cresceu muito com a queda da inflação. Cerca de 30 mil novas empresas tornaram-se filiadas ao sistema Visa depois do real, em relação aos 270 mil associados de junho. O faturamento cresceu 166% no trimestre.

OUTUBRO 94

Os financiamentos de crédito direto ao consumidor (vendas em loja) apresentaram queda de até 50% com o pacote anti - consumo lançado pelo Governo no início desse mês. Os juros dos financiamentos próprios das lojas estavam na faixa de 10 a 13% ao mês. Os financiamentos para automóveis foram ainda mais atingidos e o volume de operações registrou queda de até 80% com as medidas restritivas do Governo, em algumas financeiras. O Banco Autolatina, por exemplo, financiou em outubro uma média de 275 contratos por dia no segmento de automóveis novos e usados. Este mês, o volume havia caído para 11. A participação dos negócios com financiamento caiu de

32% para 25%, segundo o levantamento da assessoria econômica da Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabreve). Com prazo mais curtos, muita gente acabou saindo do mercado. Os cálculos da entidade eram de que 14 mil negócios deixariam de ser fechados a cada mês, o que significaria 160 mil veículos menos em um ano. Em outubro/94, porém, o desempenho do setor ainda foi positivo. As vendas de automóveis, caminhões, ônibus, motos e máquinas agrícolas no varejo somaram 145.493 unidades. O total foi de 19,36% superior ao do mês anterior e 36,63% acima do registrado em outubro de 93. No acumulado do ano haviam sido comercializados 1.070.333 veículos, contra 846.209 no mesmo período do anos passado. Isso queria dizer que até tal período as vendas haviam subido 26,49% sobre 1993.

Sem as medidas o aumento do volume teria sido 10% superior. O movimento foi reduzido em 50% depois do lançamento do pacote anti - consumo em relação a semana anterior. No setor, a expectativa era a de que o Governo pudesse afrouxar as medidas de restrição ao consumo até o Natal. O crédito em loja foi reduzido em 40% a 50%, disse o diretor do Banco Cacique, que tinha uma carteira a de US\$150 milhões, num total de 200 mil operações.

Na Fininvest, que opera com consumidores com renda mensal de até cinco salários mínimos, a queda de negócios foi de 15% em relação a junho. Logo após a adoção do Plano Real, em julho, os financiamentos tinham crescido 40% e, agora, os números haviam recuado. A Fininvest tinha um volume mensal de operações da ordem de US\$80 milhões.

DEZEMBRO 94

O estoque de empréstimos intermediados pelas financeiras caiu cerca de 70 a 80% desde que o BC começou a restringir as operações de crédito, em outubro de 94. Não existiam números precisos, mas havia um cálculo de que as financeiras eram responsáveis por US\$2 bilhões do total de financiamentos realizados no País, em julho 94. É que, desde a reforma do sistema financeiro, promovida a partir de meados da década de 80, o crédito direto ao consumidor (CDC) passou a ser contabilizado juntamente com todos os outros tipos de crédito fornecidos pelas instituições financeiras em geral. Os últimos dados do Banco Central indicavam que o volume de crédito tomado por pessoas físicas, para a aquisição de bens de consumo e crédito pessoal, era de R\$1,9 bilhão em julho, caindo para R\$ 498 milhões em novembro, mas esses números incluem os bancos. Vale lembrar que há 15 anos as financeiras movimentavam o equivalente a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Essa participação caiu para menos de 0,5% neste ano.

Com o Plano Real, o segmento do crédito ao consumo registrou uma expansão nos volumes de operações, que cresceram em média 15% entre julho e agosto. Logo em seguida, porém, já houve uma queda de 10% no mês de setembro. A partir do dia 21 de outubro, quando os recolhimentos compulsórios atingiram o setor de financiamentos ao consumo, estreitando fortemente a oferta de recursos no mercado, foi registrada uma queda da ordem de 70% nos empréstimos concedidos.

MAIO 95

Os créditos tomados junto às instituições financeiras em janeiro 95 superaram em 50% os recursos liberados em dezembro do ano anterior, segundo dados do Banco Central. O maior volume foi para crédito pessoal (onde entra o dinheiro de cheque

especial dos clientes). Passou de R\$3,9 bilhões em dezembro para R\$5,9 bilhões. O valor revela que as pessoas, depois dos gastos do final de ano, precisaram apelar ao crédito para cobrir as contas em vermelho. Essas operações referem-se ainda a empréstimos que correntista toma no banco para as mais variadas compras, de embarcações a terrenos, gasto hospitalares e compra de imóvel.

Para as operações de crédito direto ao consumidor foram destinados R\$1,456 bilhão, contra R\$1,007 bilhão em dezembro, apesar das compras de final de ano. Isso significa que em janeiro a média diária dessas operações de crédito foi de R\$46,9 milhões, usados em sua quase totalidade para a aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos.

As montadoras também responderam em janeiro, por meio de seus bancos, como o da General Motors, por uma ampliação do volume de créditos para pessoas jurídicas, no caso concessionários e revendedoras de automóveis. Esse tipo de operação de crédito totalizou R\$1,102 bilhão em janeiro, volume superior em quase R\$400 milhões ao de dezembro, que foi de R\$727 milhões.

As limitações de prazo e as dificuldades na captação jogaram o crédito direto ao consumidor em situação típica de desintermediação financeira. As operações realizadas dentro do sistema oficial de crédito, através das financeiras, sofreram desde outubro de 94 uma queda de volume estimada em 80% no caso de financiamento de veículos usados e de 70% no segmento veículos em geral. Para os financiamentos de utilidades domésticas, a redução nos volumes atingiu um percentual de 30% e 40%,

O crédito ao consumidor estava sendo feito basicamente através de fontes paralelas ou marginais de recursos, fora do sistema financeiro, o que aumentava perigosamente o

grau de desintermediação financeira e de evasão fiscal, uma vez que as operações fora do sistema em geral não recolhem impostos.

O consumidor perde quando os financiamentos não são feitos por instituições financeiras e sim por agiotas. Além da atividade ser ilegal (portanto não é fiscalizada e não paga impostos), os juros atingiam na época 46% ao mês. Para comparar a taxa máxima do cheque especial é de 16,8%.

ABRIL 95

As consultas ao Telecheque - que refletem as vendas a vista e com cheques pré-datados - reforçaram a desconfiança da equipe econômica. De 1º a 17 de abril, a média diária de consultas aumentou 10% sobre igual a período de março e 6,9% em relação a fevereiro. As vendas aumentaram nesse período por causa da Páscoa e das promoções com produtos importados que não tiveram seus preços reajustados pelos lojistas, apenas do aumento nas alíquotas do Imposto de importação. Mas, a partir dessa data a tendência era de que as vendas caíssem bastante.

NOVEMBRO 95

O volume das operações de crédito hoje era 70% inferior a setembro de 1994. Desde que o Governo baixou as medidas de restrição ao crédito, em outubro de 94, o setor foi se complicando. Como visto no capítulo 3, o governo tomou duras medidas de restrição ao crédito até Abril de 95, quando a partir daí este passa a tentar aliviar esse quadro. Nem mesmo a redução gradual de 13 para 7% das taxas mensais cobradas no crédito ao consumidor nos últimos quatro meses conseguiu reverter este quadro. As reduções foram feitas em doses homeopática, sem grande impacto, acompanhando a

política de juros do Governo. Além disso, existia ainda um considerável grau de endividamento por parte da população.

ABRIL 96

As operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) representavam até abril de 96 cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) - entre US\$12 bilhões e US\$15 bilhões. Contudo o potencial poderia ser de US\$30 bilhões, considerando-se a participação de 5% do PIB registrada entre 75 e 78.

Aqui o elenco de algumas medidas que poderiam incrementar as operações: uma seria flexibilizar os prazos, hoje limitados a seis meses; outra, a redução da incidência de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), fixado em 1% ao mês; e, finalmente, a gradativa redução dos juros.

JULHO 96

O número de transações com cartões de crédito no primeiro semestre registrou um aumento de 24,06% em relação ao mesmo período de 1995, atingindo um total de 187,9 milhões. Nesse mesmo período, o número de cartões no mercado cresceu 15,42% em comparação ao mesmo período do ano passado, atingindo cerca de 15,3 milhões de plásticos. Esses índices foram reflexo de uma aceitação do cartão como meio de pagamento no varejo, principalmente em postos de gasolina e supermercados.

DEZEMBRO 96

A política adotada pelo governo ao longo do ano de 1996, que entre outras consequências permitiu o alongamento dos prazos de financiamento, a queda gradual nas taxas de juros e a recuperação de fatias de mercado ocupadas por mecanismos

paralelos de financiamento, fez com que o mercado estimasse nesse mês que o sistema de crédito deveria fechar o ano girando um total entre US\$ 16 e 20 bilhões, contra os US\$ 4 bilhões no ano de 1995 (mas vale ressaltar, que em 1970, esse volume era de US\$ 30 bilhões).

JANEIRO 97

Depois de explodir em dezembro, o volume de crédito disponível na economia diminuiu neste início de ano, segundo levantamento do Banco Central. O crédito estourou em dezembro, crescendo 27,8% em relação a novembro, como já era previsto por causa das compras de Natal. O crédito pessoal, segundo a mesma fonte, foi o responsável por essa expansão, saltando 42,3%, para o nível recorde de R\$ 25 bilhões. Mas na última semana de janeiro esse número já havia encolhido para R\$ 18,5 bilhões.

MARÇO 97

Os empréstimos do sistema financeiro às pessoas físicas cresceram 82,2% nos últimos 12 meses (de abril de 1996 a março de 1997). Descontados os juros desses empréstimos, o crédito ao consumidor subiu 46%. Isso representou uma injeção de R\$ 5,626 bilhões no bolso dos consumidores, o que ajudou a aquecer as vendas de automóveis e de equipamentos eletroeletrônicos. Os dados, que têm como fonte o Banco Central, mostram que foram principalmente às pessoas físicas que tiveram maior acesso a empréstimos nos últimos 12 meses. A indústria (+18,8%) e o setor público (+19,4%), também tiveram uma boa participação nesse resultado. O mercado acreditava que a queda dos juros nominais, a maior participação de clientes de menor renda e a estabilização da economia levaram o setor a aumentar o volume de empréstimos às pessoas e ao aumento dos prazos de financiamento. Só para relembrar, o mercado

estimava que os juros no financiamento para o consumo, tinha caído nos últimos 18 meses de 12% ao mês para taxas entre 4% e 6% ao mês.

ABRIL 97

O crédito concedido pelos bancos para as pessoas físicas cresceu 11,7% apenas nos primeiros 15 dias de abril, acumulando 31% no ano.

O volume de crédito para pessoa física, segundo informações fornecidas pelo Sistema de Informação do Banco Central (Sisbacen), passou de R\$20,4 bilhões no final de março para R\$22,8 bilhões no dia 15 de abril. Nem mesmo em dezembro, quando o consumo fica sazonalmente exacerbado, o crédito para pessoa física cresceu tanto. A expansão dos empréstimos naquele mês foi de 3,6%, levando o estoque a fechar o ano em R\$17,4 bilhões. Vale ressaltar, que o crescimento foi em todas as principais linhas de empréstimos para pessoas físicas, mas especialmente o crédito pessoal.

JUNHO 97

Depois de um período que podemos considerar como de grande euforia, com forte expansão das operações de crédito direto ao consumidor, que subiu mais de 200% desde o Plano Real, os bancos decidiram optar pela cautela. Atingidos por uma tendência de crescimento da inadimplência das carteiras, que em alguns casos chegou a 10% do total de empréstimos no prazo de 60 dias, o sistema financeiro decidiu acionar medidas de contenção da ampliação do crédito ao consumo. Além de brechar o processo de queda das taxas de juros ao tomador final, os bancos reduziram o ritmo de ampliação das carteiras e também aumentaram as exigências para liberação de empréstimos.

IV.3 - Taxas praticadas

JULHO 94

Em julho de 94 haviam lojas que cobravam até 13,5% ao mês. A menor taxa era de 3,5%. A previsão de inflação da Fipe para este mês se situava entre 1% e 2%. As taxas estavam elevadas porque grande parte do crédito ao consumo era encarecido pela tributação sobre o mercado financeiro.

AGOSTO 94

O BC aumentou o compulsório dos novos depósitos de poupança, CDB e outros títulos a prazo de 20% sobre a quantia que excedesse a aplicada na semana anterior para 30% sobre o total depositado. Apesar de certa, a alta ainda não teve seu tamanho calculado pelo mercado, onde as taxas estavam entre 5,9% e 14,5%.

Nas operações pós - fixadas, os juros oscilavam entre 3,5% e 5,5%, mais a variação da TR. Em agosto de 94 estavam entre 3% e 5% além da TR. No segmento prefixado, a taxa máxima estava em 7%.

SETEMBRO 94

Os bancos decidiram dividir o ônus do compulsório entre o investidor e o tomador de crédito, isto é, iriam pagar um pouco menos pelas aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) e cobrar um pouco mais pelo crédito. As mudanças do BC chegaram em um momento em que a bolha do consumo começava a diminuir e já começava a ser registrada até uma insolvência no crédito concedido pelas próprias lojas.

O empréstimo para o capital de giro e vendor (modalidade de financiamento às vendas) ficou estacionado em 52% ao ano; o mesmo aconteceu com o desconto de duplicata, que custava 3,43%.

Na área do crédito direto ao consumidor, as taxas das operações prefixadas de seis meses mantiveram-se entre 7,50% e 15% ao mês e as pós - fixadas continuaram em 4,52% ao mês, mais a variação da TR.

DEZEMBRO 94

Na análise de diretores de grandes redes, as taxas de juros cobradas pelo comércio - que chegavam a 12,5% ao mês, o que equivalia a 311% ao ano - dariam um salto. Para eles ,as taxas subiriam até um ponto e meio percentual. Estes decidiram manter os prazos do crediário em até 12 vezes, especialmente às empresas que trabalham com recursos próprios.

A opinião era que o Governo, no entanto, não iria conseguir conter as vendas a prazo neste final de ano com a subida dos juros. Motivo: quem compra no crediário, pagando juros de 12% ao mês, não desiste porque a taxa subiu para 13%.

MARÇO 95

As taxas do crediário subiram, na última semana de março, atingindo 9% a 14%.

JULHO 95

Havia uma opinião no mercado que a não ser que o BC reduzisse os depósito compulsórios das instituições financeiras, os juros deveriam continuar se mantendo nos níveis daquela época, entre 10% e 12%, já que a queda dos juros estaria diretamente relacionada com a possibilidade de revisão, por parte do Governo dos prazos de financiamento e do IOF, que encarecia a dívida.

Já a média de juros das operações praticadas pelas financeiras estava variando entre 8% e 14% no crédito direto ao consumidor. Em maio de 1995 os juros chegaram a variar entre 10% e 16%. Esses níveis incluem o custo total de todos os tributos que somavam mais de 60%.

No crédito pessoal as taxas mensais nas financeiras vinham se mantendo em 13% desde outubro do ano passado, quando os prazos de financiamento foram reduzidos para três meses.

Os juros dos financiamentos para compra de eletrodomésticos e eletrônicos caíram em até 2,5 pontos percentuais na primeira quinzena deste mês. Apesar dessa redução, as taxas cobradas do consumidor continuaram em patamar elevado. Entre lojas e financeiras consultadas, a menor taxa era de 5% ao mês ou 79,5% ao ano. Os juros mais altos eram de 14% ao mês ou 381,7% ao ano.

As financeiras trabalhavam com taxas de 9% a 11% ao mês no crediário de até três vezes. Duas semanas antes, quando o efeito da redução dos depósitos compulsório no Banco Central não tinham batido na caixa das empresas, os juros variavam entre 10% e 12% ao mês.

A concorrência cada vez mais acirrada entre lojas para fisgar o consumidor foi outro motivo que forçou a queda das taxas.

Nessa época as taxas de financiamento para veículos estavam, em média, próximas aos 7% mensais para contratos de três meses e 8% para os contratos de seis meses.

NOVEMBRO 95

A concorrência entre as lojas fez com que os juros ao consumidor caíssem mais que as taxas pagas pelas financeiras para captar o dinheiro no mercado.

Em junho de 95 o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) fechou o mês em 4,05% de taxa efetiva. Em outubro ficou em 3,06%. A diferença foi de 0,99 pontos. No crédito pessoal que não estava atrelado à venda de um bem específico, a taxa média em

dez banco caiu de 9,80% em junho para 8,35% me outubro, uma diferença de 1,45 ponto percentual.

MARÇO 96

As taxas de juros cobradas pela indústria na venda de mercadoria a prazo aos atacadistas começaram a cair, refletindo pequena redução nos preços finais para o varejo. A taxa em março era de 8% para 28 dias, a menor desde 94, embora ainda fosse muito alta e onorasse o preço dos produtos.

Na última quinzena de fevereiro de 95, os juros do crédito ao consumidor caíram um ponto percentual. As taxas para financiamento de automóveis, que oscilaram de 7% a 10% ao mês, encerram fevereiro entre 6% e 9%.

Para operações de menor valor e maior risco, como financiamento de roupas e eletrodomésticos, os juros do crediário das financeiras fecharam o mês na faixa de 8% a 12%.

A retração dos juros foi provocada principalmente pela queda da inflação e pela atuação do Banco Central no mercado financeiro.

As taxas de juros de bancos e financeiras para o crédito recuaram para a metade do que eram há sete meses. De agosto para março de 96, as taxas mais elevadas, aplicadas na linha branca (eletrodomésticos), caíram da média de 18% para 9% ao mês, e de 12% para 6% no caso de veículos.

A concorrência entre as lojas era apontada pelo mercado como o principal fator de redução dos juros. Mas o outro ponto que não podemos deixar de ressaltar para a redução dessas taxas, foi a atuação do Banco Central junto ao mercado, já que a partir

de Maio de 1995, passou a atuar de forma a aliviar as fortes restrições ao crédito feitas anteriormente.

A política agressiva no varejo era muito positiva. Mas tinha muita gente nova (bancos e financeiras) operando com juros baixos, sem levar em conta que a queda no custo de captação ainda era lenta e que a inadimplência continuava alta, em torno de 7%, contra 3% do Plano Real. Isso beneficiava o lojista e o consumidor num primeiro momento, mas poderia gerar problemas mais adiante.

ABRIL 96

Houve uma queda de 0,5% a 1% nas taxas de juros do crédito direto ao consumidor de 1º a 22 de abril.

Quanto ao crédito para outros bens, a variação foi de 8% a 11%, contra 9% a 12% que vinham vigorando. As financeiras estavam agindo com cautela porque o nível da inadimplência ainda era elevado.

JULHO 96

Com uma pequena queda no custo de captação de recursos no mercado financeiro e aumento da concorrência provocada pela entrada de novas instituições no segmento de crédito ao consumidor fizeram com que as taxas de financiamento registrasse, nos últimos 30 dias, uma redução média de 10%.

Outras características que marcaram o financiamento do consumo foram o alongamento das operações e a concentração das operações em juros prefixados. Nos financiamentos de automóveis novos, os juros prefixados se situaram entre 3,8% e 5,0%.

SETEMBRO 96

A redução da Taxa Básica do Banco Central (TBC) para outubro de 0,06 pontos percentuais, de 1,88% em setembro para 1,82% em outubro, fez com que o varejo planejasse uma redução de 0,5% nas taxas cobradas no crédito direto ao consumidor a partir de tal data. As financeiras vinham operando com taxas mensais que variavam de 4% a 6% até tal medida.

OUTUBRO 96

Nesse mês, algumas financeiras reduziram suas taxas em meio ponto percentual (por causa da medida já citada anteriormente, e também por causa do novo nível de inflação, que se encontrava num novo nível, de apenas 0,1%). Mas tal iniciativa não chegou a influenciar a média do mercado, que continuou a operar com juros entre 4% e 6%.

JANEIRO 97

Numa pesquisa feita pelo Procon, consultando o custo de três modalidades de crédito em 13 bancos, mostrou uma elevação da taxa média do mercado nesse mês. No caso do cheque especial, a taxa média passou de 9,34% em dezembro para 9,50% em janeiro. Já no empréstimo pessoal, a taxa foi de 5,93% para 6,04%, enquanto no crédito direto ao consumidor (CDC), foi de 4,73% para 4,79%. Isso teve como causa aparente a cobrança do CPMF, já que mesmo os bancos bancando a mesma, isso também refletia despesas adicionais que passaram a serem repassadas nas taxas. Veja como estavam sendo cobrados os juros bancários desses treze bancos citados no início do parágrafo :

JUROS BANCÁRIOS (em % - janeiro de 1997)

BANCOS	EMPRÉSTIMO PESSOAL	CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR	CHEQUE ESPECIAL
Bamerindus	7,90	7,90	9,90
Banespa	8,30	5,60	9,90
Bradesco	6,80	4,00	9,00
Banco do Brasil	4,40	4,00	6,95
CEF	5,00	4,60	7,70
Excel Econômico	6,00	6,00	8,00
Itaú	8,00	4,00	9,80
Noroeste	5,92	3,90	8,04
Nossa Caixa	5,00	--	9,90
Real	6,00	3,50	9,90
Unibanco	7,00	7,00	13,20
Bandeirantes	3,45	4,20	11,45
Mercantil de SP	4,80	2,72	9,70

Fonte: Procon

IV.4 - Captação e prazo

AGOSTO 94

As operações de crédito ao consumidor tiveram o prazo lentamente ampliado. Operações prefixadas passaram a ser realizadas até doze meses e as pós - fixadas, corrigidas pela taxa referencial (TR), em até 24 meses.

O prazo de concessão de crédito avançava, apesar de a captação de recursos continuar concentrada em um mês no caso das operações prefixadas, e em quatro meses, nas pós - fixadas. O descasamento⁵ sempre existiu nesse mercado. Há 15 anos, as operações de crédito eram principalmente feitas por 24 meses, mas o dinheiro era captado a 180 dias. Havia, porém, naquela época, maior previsibilidade sobre o futuro.

As instituições com pequenas redes de captação - bancos médios e pequenos - se abasteciam de recursos no mercado interbancário ou na cessão de crédito. Neste último caso, o custo do dinheiro acabava sendo mais elevado.

O gargalo do mercado estava sendo a disponibilidade de recursos, que acabava pressionando o custo do crédito. Isso foi resultado da política de aperto da liquidez do Plano Real.

Parcialmente iludido pela queda das taxas e desestimulado pelo aparente “mau” rendimento das aplicações financeiras em geral uma vez que a poupança saiu do patamar nominal de 50% para um rendimento de 2,3% mensal, o investidor passou a

⁵ diferença entre prazo de captação e prazo de empréstimo

assumir um comportamento de consumidor neste início de agosto, uma reação que já era esperada pelo mercado desde a estréia do plano e que acabou sendo retardada.

As vendas estavam sendo financiadas basicamente pelo crediário direto das lojas, com cheques pré - datados e outros instrumentos que fogem ao sistema financeiro. E o motivo estava novamente, nas características do Plano Real. O rendimento nominal bruto de 3,5% mensais projetado pelos CDB não atraia o aplicador. Além disso, ao levar para 100% do vencimento dos depósitos a vista o recolhimento compulsório feito pelos banco junto ao banco Central, o plano aumentou o problema da falta de funding⁶ do sistema, ajudando a encarecer o custo do dinheiro na ponta da captação pelos bancos.

O crédito ao consumo era onerado em grande parte pela tributação sobre o mercado financeiro, que também ajudava a encarecer o custo do dinheiro nos bancos. Na verdade, o custo de um financiamento embutia pelo menos 42% pela tributação, em alguns casos, esse impacto ultrapassava os 50%.

DEZEMBRO 94

As grandes redes de varejo continuavam a oferecer crediário em até 12 prestações, apesar da ampliação ao crédito adotadas pelo Banco Central. Uma possibilidade já admitida pelo comércio, era o aumento da taxa de juros. A alta seria de pelo menos um ponto percentual no curto prazo, acompanhado de nova queda no volume de financiamento ao consumidor.

⁶ processo de captação de recursos por parte dos bancos

MAIO 95

O presidente da Assovesp, Avelino Augusto Teixeira também contabilizou os prejuízos causados pela redução do prazo de financiamento. “Historicamente cerca de 60% dos negócios eram financiados, a maioria em prazos superiores a 12 meses. Seria difícil para o consumidor comprar um produto desse porte à vista”.

SETEMBRO 95

O próprio presidente do BC, Gustavo Loyola, afirmou que ninguém deveria fazer uma operação de crédito com os juros daquela época, e que o “spread” cobrado pelas instituições financeiras era muito elevado em comparação com o juro básico da economia. A taxa efetiva do “overnight” deste mês era de 3,13%, e o crédito pessoal estava custando 10% ao mês.

Os responsáveis pelo encarecimento do crédito eram: a cunha fiscal e outros gastos que não entraram na taxa mas encareceram os empréstimos, como o IOF de 15%, que podia ser comparado ao custo de duas Libor (Taxa Interbancária de Londres); ou a exigência de registro em cartório de contratos de financiamento de automóveis, que aumentava em 21 pontos percentuais a taxa dos valores médios financiados.

Somando a restrição de prazos, a manutenção dos juros elevado e cunha fiscal que incidia sobre o mercado, as instituições financeiras continuavam perdendo espaço para o sistema paralelo de crédito e para as operações de financiamento feitas diretamente pelos fabricantes, como as montadoras de veículos. As montadoras tinham liberdade para repassar recursos captados no mercado externo, isentas da tributação que incidia sobre o mercado financeiro e como prazo de até 24 meses enquanto as financeiras estavam limitadas aos seis meses.

Essa situação acabou criando uma reserva de mercado para os fabricantes, o que também foi uma forma de desintermediação financeira. O mercado avaliava que pelo menos 20% dos volumes financiados hoje pelos fabricantes deixavam de ser arrecadados pelo Governo através de recolhimentos compulsórios e de IOF.

Criticava-se também a exigência do registro em cartório para os financiamentos de veículos, medida que elevava o custo dos empréstimos nesse segmento e acabava anulando todo o esforço do Banco Central para flexibilizar o crédito nos últimos meses.

NOVEMBRO 95

Os contratos de cessão de crédito, aceitos pelo BC desde 82/83, representavam uma fonte expressiva de recursos para as financeiras. Entretanto, em alguns casos de liquidações e intervenções do BC junto as instituições financeiras, esses contratos acabaram provocando perdas, sem que houvesse o repasse dos créditos recebidos.

MAIO 96

Com a queda da alíquota do IOF - de 12% para 6% ao ano -, se estimava que os encargos finais dos empréstimos bancários (taxa de juro mais IOF) cairiam em torno de 1,2 pontos percentual. Tomando como exemplo uma taxa de 6% ao mês, média dos juros no crédito pessoal no prazo de 6 meses. Com o IOF de 12%, o encargo final é de 8% com a alíquota de 6%, o encargo cai para 6,98%.

No financiamento de 12 meses, considerando os mesmo juros de 6% ao mês, com a alíquota de 12%, o encargo final é de 8,41%. Como o IOF menor, haveria redução de 1,26 ponto percentual. O custo final seria, portanto, de 77,15%. A redução do IOF era maior nos prazos maiores de financiamento.

JULHO 96

É importante mostrar através de um gráfico qual foi a variação dos prazos e dos valores médios de alguns dos produtos mais importantes na economia. Veja :

	Valor Médio por Contrato (R\$) Julho de 95	Valor Médio por Contrato (R\$) Julho de 96	Prazo Médio (por mês) Julho de 95	Prazo Médio (por mês) Julho de 96
Eletrodomésticos	250,79	375,20	4,91	7,50
Móveis / decorações	230,36	330,50	2,70	5,40
Material para Construção	353,61	495,50	2,60	4,00
Informática	845,00	1.130,00	3,50	5,00
Linha Mole	80,00	87,00	1,50	1,90
Crédito Pessoal	462,00	606,00	3,80	4,50
Veículos Novos	6.723,00	9.840,00	6,50	9,20
Veículos Usados	3.980,00	6.000,00	5,30	7,50

Fonte: Servloj (Gazeta Mercantil - 29/08/96)

Como pode ser visto, tanto os prazos, quanto os valores médios dos contratos sofreram um sensível aumento entre julho de 1995 e julho de 1996. O aumento nos prazos de financiamento, que começaram a se suceder a partir de agosto de 1995, possibilitaria a entrada de milhares de pessoas físicas e jurídicas no mercado.

NOVEMBRO 96

Nesse mês, o BC informava que os bancos estavam captando mais dinheiro para ampliar a oferta de empréstimos. Dados do BC mostravam que em outubro os bancos captaram R\$ 3,395 bilhões em títulos como os Certificados de Depósito Bancário (CDBs). O volume captado cresceu de R\$ 84,29 bilhões em setembro para R\$ 87,68 em outubro, ou seja, um aumento de 4,02%, representando a maior taxa desde setembro de 1995. Essa informação mostrava claramente a disposição dos bancos em aumentarem seus empréstimos.

Apesar da aparente explosão do consumo, a quantidade de dinheiro na economia vinha crescendo dentro do ritmo projetado pelo governo. A base monetária cresceu apenas 8,6% nos últimos 12 meses, contra 26,7% em 95, pela média dos saldos. No mês anterior, a base havia aumentado 2,4% de R\$ 17,24 bilhões, na média de setembro, para R\$ 17,65 bilhões.

Os prazos de de financiamentos de automóveis novos se concentravam em 24 meses, enquanto algumas instituições ligadas a montadoras operavam numa faixa mais elevada, com planos de 36 a 48 meses. Bens de menor valor, como eletrônicos e veículos usados, estavam sendo financiados entre 6 a 18 meses.

JUNHO 97

O prazo médio das prestações em 1997 subiu de 6 meses em 1996 para nove meses nesse ano. Isso se deveu a queda nominal dos juros e ampliação do crediário.

CAPÍTULO V

V - RESULTADO EMPÍRICOS

V.1 - Total de créditos dos bancos múltiplos

QUADRO 1 (quanto a tendência de crescimento do crédito)

O primeiro ponto importante que pode ser ressaltado nesse quadro, foi que o crédito normal teve um crescimento substantivo em termos absolutos entre Dez/94 e Dez/96 (na faixa de 12%). Só que em termos relativos (ou seja, se comparado em relação ao total de créditos cedidos em tal ano), os bancos múltiplos diminuíram os seus créditos normais entre 1994 e 1995 (em -14,69%), e depois o aumentaram em 1996 (14,77%). Isso vem a comprovar exatamente os fatos relatados no capítulo anterior, no qual primeiramente diante da postura restritiva adotada pelo governo com relação a política creditícia entre meados de 1994 e meados de 1995, os financiamentos foram fortemente prejudicados, o que entre outras coisas, estimulou o mercado informal (ilegal) de empréstimos, e a captação externa por parte das montadoras de veículos. Essa situação chegou a um ponto que não era mais confortável nem para os consumidores (que estavam sendo prejudicados pelas altas taxas de juros e pelos prazos curtos), nem para o governo (já que esse estava deixando de arrecadar recursos), logo o mesmo passou a

aliviar as medidas (a partir de meados de 1995) adotadas anteriormente, fazendo com que os financiamentos viessem a dar uma sensível alavancada entre 1995 e 1996.

Essa alavancagem citada anteriormente só foi possível, já que a partir daí, as instituições financeiras de uma forma geral puderam diminuir seus custos de captação, possibilitando dessa forma reduzir as taxas praticadas, além de dilatar seus prazos de financiamento, fazendo que com isso os financiamentos pudessem atingir um número potencial de clientes maior.

Só que por outro lado, essas instituições não puderam alavancar tanto assim os financiamentos, já que os índices de inadimplência estouraram no final de 1995, o que veio a fazer com que essas instituições passassem a ser bem mais seletivos na concessão do crédito, e a investir bem mais no processo de cobrança, o que iria de certa forma travar um pouco esse crescimento.

Vale ressaltar também que como visto no quadro acima, o crédito privado foi o que de longe tem o maior peso nos créditos normais.

QUADRO 1 (quanto a inadimplência)

No que toca a inadimplência, tanto os créditos em atrasos (que são os créditos atrasados até 180 dias), como os créditos em liquidação (que são aqueles com mais de 180 dias de atrasos) sofreram uma forte elevação entre Dez/94 e Dez/95 (de 234,03% e 312,28% respectivamente em termos relativos), e depois sofreram uma redução de -34,93% e -69,15% respectivamente em termos relativos (entre Dez/95 e Dez/96). Vale ressaltar que essa tendência também se verificou em termos absolutos. Esse resultado vem comprovar os números já expostos no capítulo anterior. As causas disso, foram que no primeiro ano do Plano Real, o governo adotou uma política fortemente restritiva.

Os bancos, que viram seus lucros em operações de tesouraria se reduzirem de uma forma bem acentuada, passaram a emprestar de uma forma quase que desordenada, (onde muitos bancos ainda eram novatos no mercado de crédito) cedendo financiamentos sem a menor seletividade de seus clientes. Como as pessoas também com a estabilidade da economia, passaram a contrair empréstimos maiores do que podiam, já que os juros estavam altíssimos, e o governo continuava pouco flexível no que se tocava a renegociação de dívidas, essa combinação de fatores fez com que a inadimplência explodisse no final de 1995.

Só que essa situação iria começar a se reverter a partir do início de 1996, período em que as medidas de flexibilização adotadas por parte do governo (a partir de meados de 1995) começaram a fazer efeito. Nessa época, os bancos passaram a ter uma certa flexibilidade para renegociar suas dívidas, os custos de captação começaram a diminuir (com a diminuição gradual dos compulsórios), permitindo que as instituições financeiras pudessem cobrar taxas mais baixas (além da própria competitividade entre tais instituições por esse mercado, que fazia com que as taxas diminuíssem), além de começar a haver uma consciência maior no que diz respeito a seletividade por parte dos bancos na escolha de seus clientes (já que tinham passado por uma péssima experiência no ano anterior, quando emprestaram sem critérios consistentes, sofrendo altas perdas), investindo em tecnologias de ponta e métodos novos para melhorarem suas cobranças. Todos esse fatores fizeram com que os índices de inadimplência baixassem consideravelmente entre Dez/95 e Dez/96. Esses números ainda poderiam ser melhores ainda se os prazos de financiamento não tivessem se alongado tanto (já que isso fez com que o risco dessas operações aumentem consideravelmente).

Da mesma forma ocorrida com os créditos normais, os créditos em atraso e os créditos em liquidação, têm como maior contribuinte o setor privado (todos com um participação maior que 90% dos créditos de sua categoria).

V.2 - Vendas x SPC

QUADROS 2 E 3 (vendas e SPC)

O que é importante extrair desse dois gráficos, e que também vem a fazer sentido com os nossos resultados anteriores, foram que tanto as consultas ao SPC (que são um bom termômetro para saber o nível de aquecimento da economia), quanto o nível de vendas em São Paulo, apresentaram números significativos durante o ano de 1995, mas apresentaram um aumento significativo ao longo do ano de 1996, que como já dito anteriormente foi o ano que a economia já estava mais estabilizada, os financiamentos encontrados de uma forma mais numerosa, com taxas menores, e com prazos mais alongados. É importante que fique evidenciado que essa análise foi feita sem levar em conta as sazonalidades, que se encontram geralmente no fim do ano (no mês de dezembro, época de Natal), onde geralmente esses números sofrem repiques.

V.3 - Inflação x taxa de juros

QUADROS 4, 5 e 6 (inflação e taxas de juros)

O que vale ressaltar desses três quadros foi que tanta a inflação, quanto as taxas de juros baseada nos principais indexadores dos títulos públicos e privados (o Over/Selic e o CDI/Over), sofreram reduções sensíveis a partir de 1994. Os maiores reflexos (levando em consideração somente o período pós - Real) podem ser vistos a partir de meados de 1995 (já que esse foi o momento que o governo passou a

sinalizar para o mercado sua vontade de reduzir os juros na economia), época também que passava a adotar uma política creditícia mais flexível. Esse processo foi muito importante para o mercado de crédito, que como já visto anteriormente, fez com que as instituições financeiras pudessem captar mais barato, assim conseguindo cobrar taxas finais de empréstimos menores, podendo alavancar seus negócios num mercado tão competitivo.

V.4 - A questão dos recursos externos

QUADROS 7 E 8 (captação externa)

Esse dois quadros são interessantes, no sentido que mostram a evolução do processo de captação de recursos no exterior. Mostram também que em sua média a partir do terceiro trimestre de 1995, as diversas instituições do país começaram a conseguir alongar seus prazos médios de captação lá fora. Além disso, a partir de 1995 o número de lançamentos e o volume captado no exterior sofreu um aumento realmente muito significativo.

Vale lembrar como já foi citado anteriormente, que em 1995, principalmente as montadoras (fazendo através de seus bancos) captaram um alto volume de recursos fora do país, para repassá-los na forma de empréstimos no país, já que as alternativas de captação internas estavam muito escassas (os juros internos estavam muito altos e os prazos muito curtos). Isso pode ficar nítido no quadro 5, quando no terceiro trimestre de 1995, o número de lançamentos do setor privado financeiro chegou a 54 e o volume captado a US\$3,076 MM (números esses que são recorde neste quadro).

V.4 - Contrastando indicadores de inadimplência

QUADROS 9, 10, 11 E 12 (inadimplência)

O ponto interessante a ressaltar aqui, é que nem todas essas variáveis analisadas nos quatro gráficos em anexo seguiram a mesma tendência dos números da inadimplência (da economia de uma forma geral) estudados anteriormente. Somente as concordatas e os títulos protestados em São Paulo é que tiveram seus picos durante o ano de 1995, mesma época em que os níveis de inadimplência do mercado atingiam seu estágio máximo. Já o desemprego e as falências requeridas em São Paulo, atingiram seu ponto mais alto ao longo do ano de 1996, período esse em que o nível de perda do sistema financeiro passou a se estabilizar num patamar mais aceitável (ou seja, bem abaixo dos números apresentados em 1995).

Uma outra conclusão que podemos chegar com esses números (comprovando análises anteriores), foi que o desemprego não foi o maior determinante nos altos índices de inadimplência da economia constatados em 1995, e sim, uma combinação de fatores, desde a falta de critério na concessão dos empréstimos até os juros excessivamente altos praticados na época.

CAPÍTULO VI

VI - COMO O MAIOR BANCO PRIVADO NACIONAL (O BRADESCO) SE ADAPTOU AS MUDANÇAS DO PÓS - REAL

VI.1 - Análise de rentabilidade (QUADRO 4)

A conclusão a qual se pode chegar nesse quadro, é que as receitas com as operações de crédito sofreram um pequeno crescimento (de cerca de 1%), entre 1994 e 1995, ano em que mesmo o volume de crédito cedido tendo aumentado significativamente (vide quadro 1), este foi um ano de altas perdas (com relação a inadimplência). Já de 1995 para 1996, as receitas referentes as operações de crédito, sofreram um decréscimo, na ordem de -19%, já que o aumento registrado no volume de operações de crédito foi mais tímido (vide quadro 1), as taxas praticadas foram menores (devido a diminuição dos custos de captação e o aumento da concorrência) e se teve a manutenção de altos índices de perda (mesmo que esses índices tenham diminuído bastante de um ano para o outro).

O outro ponto importante a ressaltar foi o grande aumento registrado na provisão para créditos em liquidação duvidosa, na ordem de 221% (entre 1994 e 1995), e depois o decréscimo de -6% (entre 1995 e 1996), seguindo as mesmas tendências do mercado, como já foi analisado anteriormente.

O outro ponto de suma importância a ser ressaltado nesse quadro, foi exatamente o aumento extremamente significativo nas receitas de prestações de serviços, que subiram numa faixa de 130% entre 1994 e 1995, e depois 21% entre 1995 e 1996. Esse aumento tão significativo vem a demonstrar que com implantação do Plano Real e o controle da inflação, os ganhos de tesouraria diminuíram consideravelmente como pode ser comprovado nesse mesmo quadro com os números decrescentes apresentados com as receitas de aplicações (que em 1994 ficavam num patamar de R\$5 MM e passaram para um patamar de R\$2 MM em 1995 e 1996), e os ganhos com as operações de crédito e a prestação de serviços passaram a ser o grande filão do mercado.

O último ponto a ser ressaltado foi a diminuição praticamente progressiva das despesas de funding, resultado esse que também vem a estar de acordo com a tendência do mercado (como já apresentado em capítulos anteriores), principalmente por causa da gradativa flexibilização por parte do governo com relação a política creditícia.

VI.2 - Análise de risco (QUADRO 3)

O ponto que inicialmente vale ser ressaltado desse quadro, foi que tanto as provisões para créditos duvidosos, quanto os créditos em liquidação duvidosas efetivos tiveram um forte acréscimo entre 1994 e 1995, e depois retornaram a patamares mais aceitáveis no correr de 1996. Como já foi estudado anteriormente, essa também foi a tendência dos índices de inadimplência do mercado, que inicialmente, emprestando com juros significativamente altos e sem a menor seletividade na concessão do empréstimo, acabou sofrendo fortes perdas em 1995. Já em 1996, com juros mais

baixos, e com uma seletividade na concessão do crédito bem mais apurada, esses índices retrocederam significativamente.

O outro detalhe muito interessante nos números mostrados acima, é que fica muito claro o quão o Bradesco é um banco conservador na provisão de seus créditos ruins, onde podemos ver que respectivamente entre 1994 e 1996, o mesmo sustentou a relação provisão de créditos em liquidação duvidosa com relação a seu efetivo na faixa de 180%, 121% e 113%.

VI.3 - Quadro evolutivo da relação: operações de risco/compulsórios x fundings naturais (QUADRO 5)

O primeiro ponto de destaque desse quadro, foi a constatação de que o Bradesco realmente alavancou suas operações de crédito entre 1994 e 1996. Esse ponto vem a demonstrar exatamente que após a adoção do Plano Real, os bancos tiveram que alavancar suas posições de empréstimos para manter receitas parecidas com as anteriores a adoção do mesmo plano (as receitas das operações de crédito podem serem vistas no quadro 2). Isso se deveu exatamente porque os spreads ficaram mais justos com o fim da inflação e a inadimplência se estabeleceu num patamar muito elevado.

Vale ressaltar também que com a maior flexibilização por parte do governo em relação a política creditícia, essa instituição conseguiu diminuir o montante a ser aplicado como compulsório (onde os mesmos passaram de um patamar médio de R\$3 MM em 1994, para cerca de R\$ 1,5MM em 1996), o que entre outras coisas possibilitou a queda das taxas de empréstimos praticadas ao consumidor.

Mas sem dúvida alguma, o resultado mais marcante desse quadro é exatamente o nível de “colchão” (diferença entre o que o banco capta e o mesmo empresta) mantido

pelo Bradesco no pós - Real. Mas uma vez essa instituição vai se mostrar extremamente conservadora. Além disso, o mesmo elevou de forma expressiva seu nível de “colchão” entre 1994 e 1996 (que primeiramente se situava na faixa do R\$ 1,5MM em 1994, indo para faixa de R\$ 4,9MM em 1995 e mais tarde superando a faixa de R\$ 9,3MM de colchão).

CAPÍTULO VII

VII - CONCLUSÃO

A conclusão desse trabalho pode ser claramente baseada na evolução dos gráficos apresentados em anexo, já que esses apresentam resultados compatíveis com os resultados apresentados ao longo desse estudo.

Nesses ocorreu que primeiramente com a implantação do Plano Real, a inflação (vide Quadro 1) que em 1994 chegava a acumular uma variação anual de 909,6%, em 1996 já acumulava uma variação anual bem menor, na faixa de 9,3%. Com isso os bancos tiveram que explorar e desenvolver outras fontes de receita, já que podemos constatar (com a ajuda dos gráficos) que houve uma queda bastante acentuada após meados de 1994 das receitas de floating (vide Quadro 5, além de que os “spreads” nas operações de tesouraria ficaram muito justos). Uma das alternativas buscadas pelos bancos, que é importante citar (mas que não foi o foco desse estudo), foi o aumento por parte das mesmas das tarifas bancárias e das comissões (vide Quadro 6), que como pode ser vista no gráfico em anexo subiram de US\$2,8 bilhões em 1994 para US\$5,5 bilhões em 1996. A segunda alternativa (que foi a de objeto desse estudo), foi exatamente a exploração de uma forma mais expressiva do mercado de crédito. Isso aconteceu porque esse tipo de operação passou a ser uma das poucas que propiciava a cobrança de spreads ainda consideravelmente altos, além de que com a estabilização da economia (e

consequentemente um ganho de renda por parte principalmente da população mais pobre) o número de potenciais consumidores desse mercado aumentou muito. Isso fez com que essas operações saíssem de uma faixa de US\$80 bilhões em 1994 para uma faixa de US\$170 bilhões em 1996 (vide Quadro 3). Vale também ressaltar que essa expansão foi mais significativa em 1996 (como já pode ser comprovado anteriormente), já que nessa época os reflexos da condução de uma política menos restritiva no que diz respeito ao crédito já podia ser efetivamente sentida por parte tanto das instituições, que começaram a conseguir captar recursos mais baratos, tanto por parte dos consumidores que conseguiam seus financiamentos a uma taxa menor e com um prazo bem mais dilatado (ou seja, maior).

Essa mesma tendência de queda (como no caso da inflação) foi seguida pelas taxas de juros, como pode ser vista pelas projeções do Selic (feitas pelo Morgan Stanley), que em 1994 acumulavam uma variação de 56,4%, chegando respectivamente a 39,3% em 1995, 23,1% em 1996 e projetando 19,6% em 1997 (vide Quadro 2). O governo ajudou consideravelmente para que essas taxas não tivessem caído mais ainda ao longo de 1995, já que praticou uma política de crédito bastante restritiva até meados desse ano, e quando começou a afrouxar tal política, seus maiores reflexos só foram efetivamente sentidos ao longo de 1996 (como pode ser visto pela significativa queda nas taxas de juros).

Vale lembrar (como já foi citado várias vezes nesse trabalho) que mesmo que as taxas de juros tenham seguido uma tendência de queda ao longo do pós - Real, essas permaneceram em patamares altíssimos se considerado o nível baixo de inflação que se seguiu (ou mesmo se compararmos com outros países com algum nível de desenvolvimento).

Entre as principais consequências da evolução do cenário desenvolvido acima estão a queda progressiva dos custos de captação por parte das instituições financeiras, e como efeito em cadeia, a queda progressiva das taxas praticadas por tais instituições (sendo que ambos esses resultados podem ser verificados ao longo do trabalho). Não podemos deixar de citar que a competição por esse mercado tão próspero, também foi um fator decisivo na queda das taxas praticadas pelo mercado.

Mas o maior problema encontrado pelas instituições financeiras no que diz respeito as operações de crédito foram os altos índices de inadimplência. Esse índices tiveram seu pico em 1995, quando as instituições ainda praticavam juros excessivamente elevados (vale lembrar que o risco na operação era mais um fator que encarecia tais operações) e a maioria emprestava dinheiro sem o menor critério de seleção do cliente. Mesmo ainda apresentando índices relativamente altos de inadimplência, esses números viriam a apresentar uma significativa melhora em 1996, já que os bancos seriam mais seletivos no processo de concessão de crédito (investindo alto em novos sistemas de cobrança), além da queda gradual das taxas praticadas.

Não poderia finalizar esse trabalho sem deixar de ressaltar que mesmo tendo as operações de crédito dado um salto em termos absolutos no pós - Real, estas ainda tinham uma penetração muita baixa se fosse levado em conta a relação operações de crédito / PIB (vide Quadro 4). Enquanto países como França, EUA e Tailândia tinham em 1995 respectivamente a relação citada anteriormente em 101%, 104% e 139%, o Brasil ainda apresentava um percentual de penetração ainda tímido, na faixa de 33%, o que demonstra que mesmo tendo o mercado de crédito evoluído significativamente com a implantação do plano Real (exatamente por propiciar boas oportunidades de retorno, em tempos de inflação baixa), ainda há muito espaço para crescer.

Bibliografia :

- AUSTIN & ASSIS; Perfil de Bancos Múltiplos e Comerciais; 19ª Edição, Março 1995
- AUSTIN & ASSIS; Perfil de Bancos Múltiplos e Comerciais; 20ª Edição, Outubro 1995
- AUSTIN & ASSIS; Perfil de Bancos Múltiplos e Comerciais; 21ª Edição, Março 1996
- AUSTIN & ASSIS; Perfil de Bancos Múltiplos e Comerciais; 22ª Edição, Outubro 1996
- SUMA ECONÔMICA; Revista; Edição nº 186, Novembro 1994
- SUMA ECONÔMICA; Revista; Edição nº 201, Dezembro de 1995
- SUMA ECONÔMICA; Revista; Edição nº 215, Outubro de 1996
- SUMA ECONÔMICA; Revista; Edição nº 218, Dezembro de 1996
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; O Sistema Financeiro Nacional e as Sociedades de Crédito Financiamento e Investimento (SCFI); Novembro de 1995

- CYSNE, Rubens ; Reflexos do Plano Real Sobre as Financeiras; Setembro de 1996
- FLÁVIO MACEDO DE ARRUDA; Sistemática da Concessão de Crédito em um Banco Comercial; Trabalho de Mestrado em Administração (COPPEAD), Agosto de 1992
- ELBA CRISTINA LIMA RÊGO; As Regras de Prudência Bancária do Acordo da Basileia; Revista do BNDES, Rio de Janeiro, Junho de 1995
- MCM CONSULTORES E ASSOCIADOS; Banco de Dados; Outubro de 1996
- BANCO CENTRAL DO BRASIL; Informações Econômicas; Resenhas Mensais (via Internet)
- BANCO CENTRAL DO BRASIL; SISBACEN
- ROSENBERG & ASSOCIADOS; Carta Mensal; Dezembro de 1996
- Recortes dos principais jornais brasileiros sobre o assunto, no período entre Jul-94 e Jun-97:
 - Capítulo IV.1 - Folha de São Paulo; Diário do Comércio e Indústria; Diário Popular; O Globo; O Estado de São Paulo; e Gazeta Mercantil
 - Capítulo IV.2 - Folha de São Paulo; Diário do Comércio; Diário Popular; O Globo; O Estado de São Paulo; Gazeta Mercantil; Jornal da Tarde; Jornal do Comércio - Negócios e Finanças; Folha da Tarde; Jornal do Brasil; e Correio Braziliense

-Capítulo IV.3 - Folha de São Paulo; Diário do Comércio; Diário Popular; O Globo; O Estado de São Paulo; Gazeta Mercantil; Jornal da Tarde; Folha da Tarde; e Diário do Grande ABC

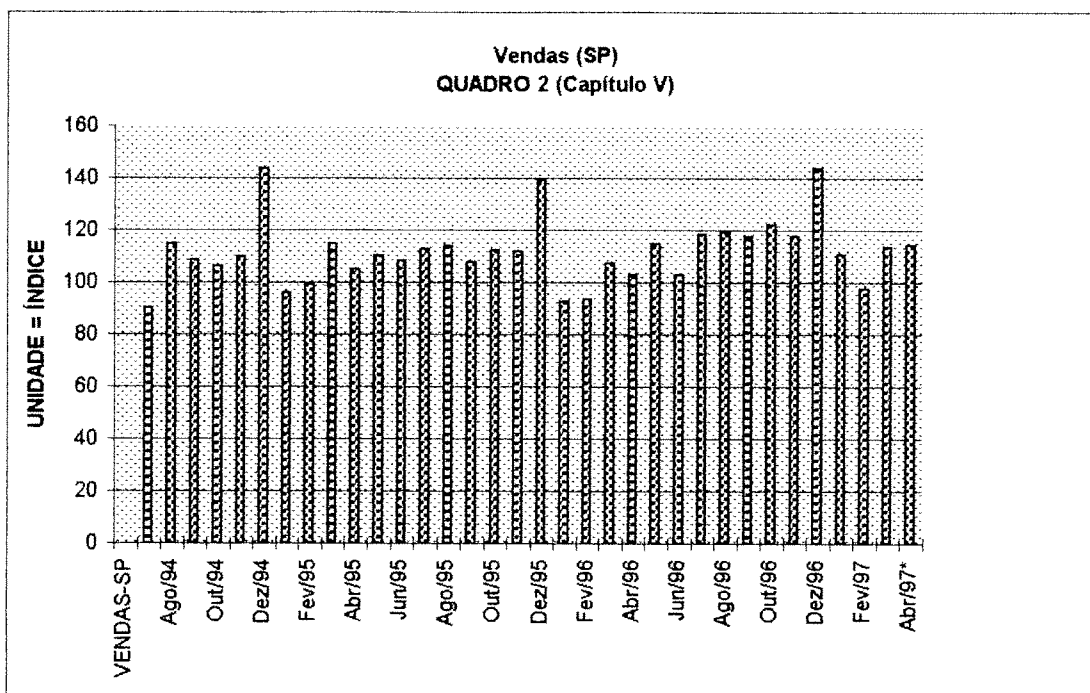
-Capítulo IV.4 - Folha de São Paulo; Diário do Comércio; Diário Popular; O Globo; O Estado de São Paulo; Gazeta Mercantil; Jornal da Tarde; Diário do Grande ABC; e Folha Metropolitana

- Balanços Anuais (BRADESCO) - Jornal do Comércio (12/01/95); e Gazeta Mercantil (30/01/96 e 28/01/97)

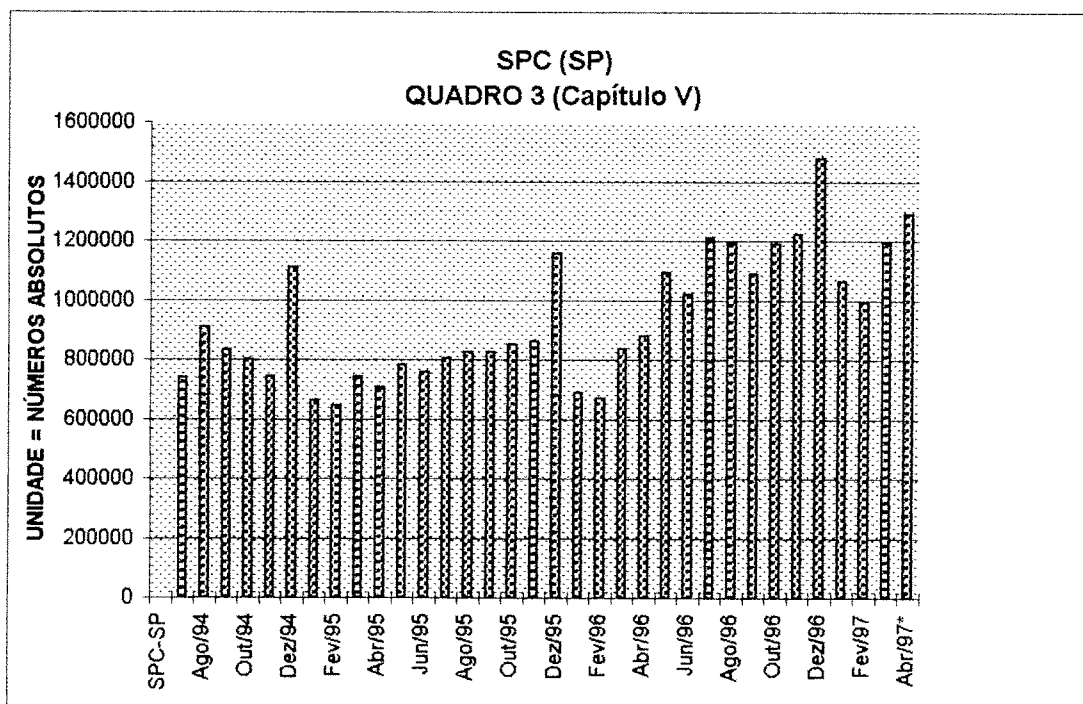
Anexo de Quadros

Total de Créditos dos Bancos Múltiplos - QUADRO 1 (Capítulo V)

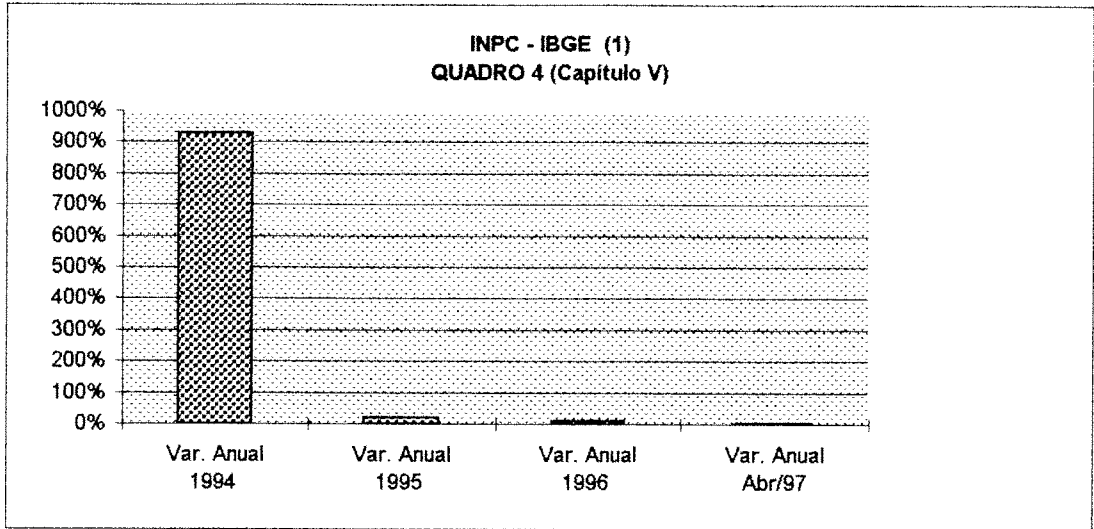
	Dez/04		Dez/05		Dez/06		Evolução 05-04		Evolução 06-05	
	Valores	% TOTAL	Valores	% TOTAL	Valores	% TOTAL	Valores	% TOTAL	Valores	% TOTAL
CRÉDITO NORMAL	51.383.343.809	95,32%	52.451.053.238	81,32%	57.600.373.151	93,33%	-14,69%	93,33%	14,77%	14,77%
Setor Público Federal	115.218.876	0,21%	142.339.199	0,22%	431.221.544	0,70%	3,21%	0,70%	216,61%	216,61%
Setor Público Estadual	602.797.950	1,12%	1.368.063.217	2,12%	1.351.997.439	2,19%	89,60%	2,19%	3,28%	3,28%
Setor Público Municipal	381.040.118	0,71%	489.473.025	0,76%	148.929.987	0,24%	7,32%	0,24%	-68,20%	-68,20%
Setor Privado	50.264.286.865	93,28%	50.451.177.797	78,22%	55.668.224.181	90,20%	-16,15%	90,20%	15,32%	15,32%
Rural	2.077.612.392	3,86%	2.398.437.175	3,72%	2.834.939.376	4,59%	-3,56%	4,59%	23,53%	23,53%
Indústria	11.052.995.607	20,51%	16.447.585.431	25,50%	19.442.033.560	31,50%	24,32%	31,50%	23,54%	23,54%
Comércio	8.553.557.333	15,87%	8.356.836.331	12,96%	9.319.358.622	15,10%	-18,38%	15,10%	16,55%	16,55%
Intermediários Financeiros	411.644.234	0,76%	624.690.624	0,97%	950.683.999	1,54%	26,78%	1,54%	59,05%	59,05%
Outros Serviços	12.890.776.455	23,92%	8.650.099.437	13,41%	8.478.983.505	13,74%	-43,94%	13,74%	2,44%	2,44%
Pessoas Físicas	6.814.659.896	12,65%	5.839.331.146	9,05%	7.857.366.620	12,73%	-28,41%	12,73%	40,63%	40,63%
Habituação	8.463.040.948	15,71%	8.134.197.653	12,61%	6.784.858.499	10,99%	-19,70%	10,99%	-12,83%	-12,83%
CRÉDITO EM ATRASO	428.857.134	0,80%	1.714.696.957	2,66%	1.067.628.267	1,73%	234,03%	1,73%	-34,93%	-34,93%
Setor Público Federal	-	0,00%	-	0,00%	649.052	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Setor Público Estadual	25.844.955	0,05%	48.541.161	0,08%	6.158.506	0,01%	56,91%	0,01%	-86,74%	-86,74%
Setor Público Municipal	2.661.624	0,00%	28.649.553	0,04%	24.512.058	0,04%	799,24%	0,04%	-10,58%	-10,58%
Setor Privado	400.350.555	0,74%	1.637.506.243	2,54%	1.036.308.651	1,68%	241,70%	1,68%	-33,86%	-33,86%
Rural	12.110.117	0,02%	46.321.176	0,07%	57.697.529	0,09%	219,55%	0,09%	30,18%	30,18%
Indústria	117.621.713	0,22%	403.105.343	0,62%	143.222.028	0,23%	186,31%	0,23%	-62,87%	-62,87%
Comércio	70.107.005	0,13%	261.205.763	0,40%	188.254.531	0,31%	211,26%	0,31%	-24,68%	-24,68%
Intermediários Financeiros	91.333	0,00%	196.456	0,00%	170.450	0,00%	79,70%	0,00%	-9,33%	-9,33%
Outros Serviços	116.837.301	0,22%	530.412.204	0,82%	412.059.941	0,67%	279,26%	0,67%	-18,81%	-18,81%
Pessoas Físicas	63.904.999	0,12%	359.276.120	0,56%	212.198.226	0,34%	369,68%	0,34%	-38,27%	-38,27%
Habituação	19.678.087	0,04%	36.989.181	0,06%	22.705.946	0,04%	57,04%	0,04%	-35,85%	-35,85%
CRÉDITO EM LIQUIDAÇÃO	2.094.609.978	3,89%	10.336.789.431	16,03%	3.051.575.239	4,94%	312,28%	4,94%	-69,15%	-69,15%
Setor Público Federal	62.042	0,00%	356.412	0,00%	408.383	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Setor Público Estadual	6.637.410	0,01%	11.247.825	0,02%	2.403.603	0,00%	41,57%	0,00%	-77,67%	-77,67%
Setor Público Municipal	-	0,00%	156.552	0,00%	5.476.646	0,01%	0,00%	0,01%	3556,03%	3556,03%
Setor Privado	2.087.910.526	3,87%	10.325.028.642	16,01%	3.043.286.607	4,93%	313,13%	4,93%	-69,20%	-69,20%
Rural	79.581.497	0,15%	91.339.156	0,14%	29.131.176	0,05%	-4,12%	0,05%	-66,67%	-66,67%
Indústria	417.140.395	0,77%	1.958.309.158	3,04%	665.362.864	1,08%	292,20%	1,08%	-84,49%	-84,49%
Comércio	277.083.377	0,51%	4.092.960.870	6,35%	603.562.498	0,88%	1134,05%	0,88%	-84,59%	-84,59%
Intermediários Financeiros	4.301.834	0,01%	2.108.236	0,00%	7.824.661	0,01%	-59,06%	0,01%	287,88%	287,88%
Outros Serviços	352.026.376	0,65%	2.596.863.490	4,03%	462.516.128	0,75%	516,28%	0,75%	-81,39%	-81,39%
Pessoas Físicas	284.873.024	0,53%	824.969.893	1,28%	524.074.466	0,85%	141,93%	0,85%	-33,61%	-33,61%
Habituação	672.904.023	1,25%	758.477.839	1,18%	750.814.814	1,22%	-5,83%	1,22%	3,45%	3,45%
TOTAL	53.886.810.921	100,00%	64.502.539.626	100,00%	61.719.576.657	100,00%		100,00%		



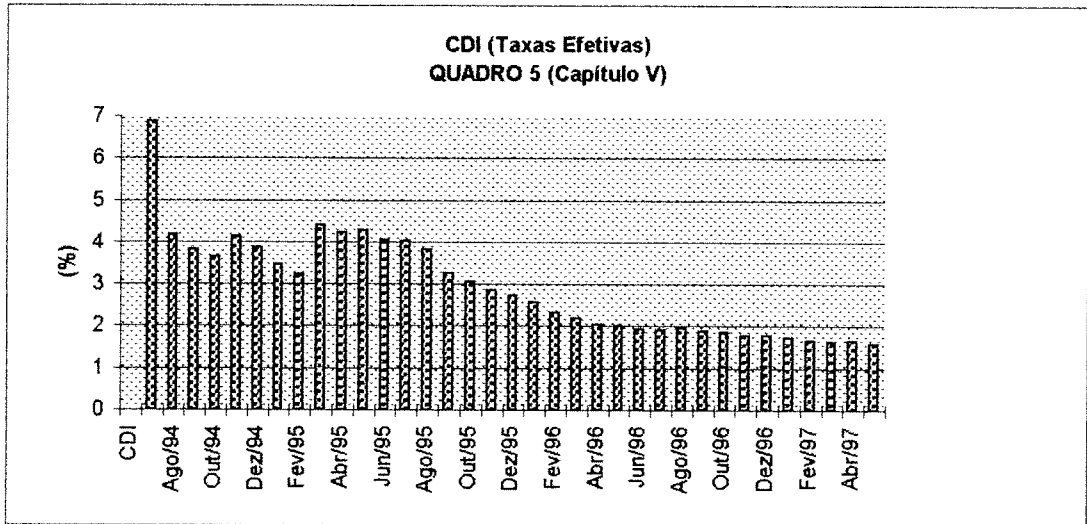
Fonte: FCESP



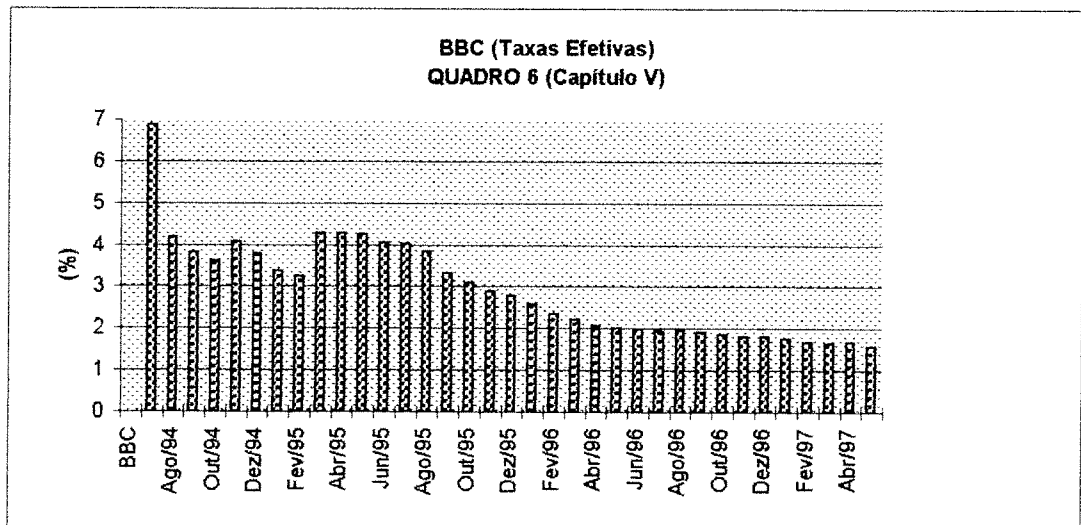
Fonte: ACSP



Fonte: IBGE, Gazeta Mercantil



Fonte: CETIP



Fonte: CETIP

QUADRO 7 - (Capítulo V)

Captação de recursos externos - prazos e custos 1/

Inflow of external resources - terms and costs

Plactmização	1994				1995				1996				1997				
	N	H	H	H	N	H	H	H	N	H	H	H	N	H	H	H	
Total																	Total
Numero de lançamentos	55	42	57	91	68	66	113	77									Number of placements
Valor (US\$ milhões)	3153	1496	3325	5866	3630	4688	6488	3735									Value (US\$ millions)
Prazo médio (ano)	4,8	5,1	4,4	4,1	6,2	6,5	7,0	7,2									Average term (year)
Spread (em pontos básicos)	490	436	527	529	517	462	465	465									Spread (basic point)
Custo total (%a.a)	11,87	11,82	11,27	11,26	10,92	10,52	11,11	11,28									Overall cost (%p.y)
Setor privado financeiro (repasse)																	
Numero de lançamentos	35	16	28	54	35	28	36	16									Financial private sector (on lending)
Valor (US\$ milhões)	2500	517	1969	3076	2278	2065	1925	1017									Value (US\$ millions)
Prazo médio (ano)	3,6	4,4	3,0	3,5	5,7	5,5	6,0	5,8									Average term (year)
Spread (em pontos básicos)	486	437	561	549	495	469	478	525									Spread (basic point)
Custo total (%a.a)	12,04	11,84	11,68	11,40	10,67	10,24	11,19	11,84									Overall cost (%p.y)
Setor privado não-financeiro (repasse)																	
Numero de lançamentos	20	26	27	34	32	34	72	61									Nonfinancial private sector (on lending)
Valor (US\$ milhões)	653	979	585	1814	1017	1668	3220	2718									Value (US\$ million)
Prazo médio (ano)	6,8	5,5	5,9	5,3	6,8	7,8	7,8	7,6									Average term (year)
Spread (em pontos básicos)	507	435	505	563	568	476	495	443									Spread (basic point)
Custo total (%a.a)	11,22	11,81	11,28	11,66	11,48	11,76	11,39	11,07									Overall cost (%p.y)
Setor público																	
Numero de lançamentos			2	3	1	4	5										Public sector
Valor (US\$ milhões)			1044	976	335	955	1342										Value (US\$ millions)
Prazo médio (ano)			2,5	3,0	5,0	4,8	4,8										Average term (year)
Spread (em pontos básicos)			483	404	513	422	374										Spread (basic point)
Custo total (%a.a)			10,60	10,09	10,94	8,98	10,29										Overall cost (%p.y)

1/ Operações de captação autorizadas pelo Banco Central, mediante lançamento de títulos no mercado internacional, nas modalidades de Floating, Rate Notes, Floating rate Certificates of Deposit, Fixed Rate Certificates of Deposit e bônus de colocação pública ou privada.

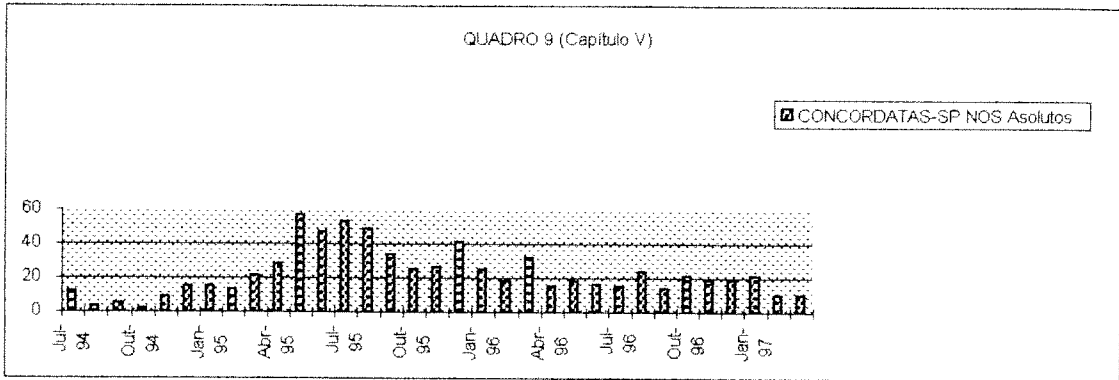
FONTE: Boletim do Banco Central (Janeiro 1997)

QUADRO 8 - (Capítulo V)
Captação de recursos externos
 Inflow of external resources

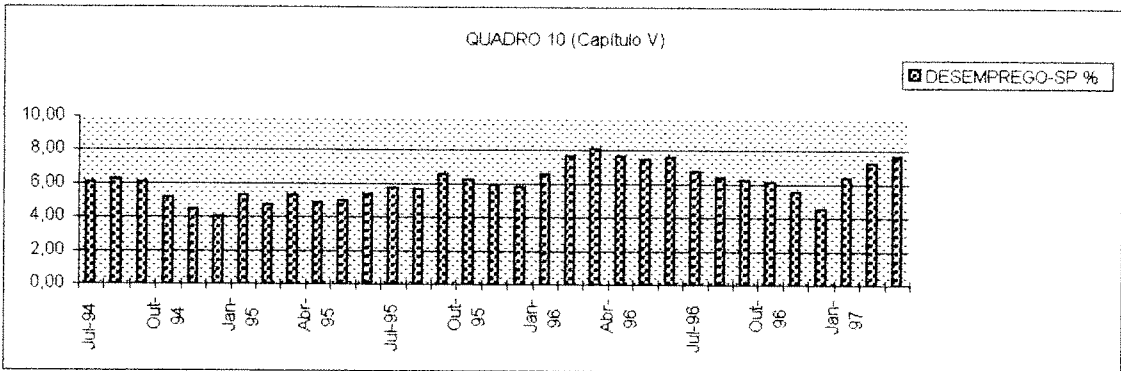
Discriminação	1996												US\$ milhões US\$ million
	1991	1992	1993	1994	1995 *	I	II	III	IV	I	II	III	
Total	11627	17791	32867	43037	53885	7405	12821	17732	15927	15260	20907	15873	
Investimentos em carteira	1455	5188	15928	27214	28010	4540	6214	9502	7754	7947	8838	7274	
Em carteira	760	3863	14971	21600	22558	3806	5203	7849	5901	5942	5576	5823	
Diretos	695	1325	877	2241	3285	711	663	811	1100	1221	3256	1385	
Fundos de renda fixa			80	1434	211		66	132	13	8	3		
Fundo de privatização				1939	1955	223	282	710	740	776	1	62	
Fundos de investimento imobiliário											2	4	
Fundos de investimento em empresas emergentes													
Empréstimos em moeda 1/	4408	7979	11031	8756	15883	782	4357	5840	4904	4484	7731	4575	
Comunicado Firce nº 10	470	922	789	1053	2170	232	336	759	843	631	722	525	
Resolução nº63	6	856	597	201	817	41	205	399	172	307	16	40	
Resolução nº 2.148 - Financiamento rural direto					1067		5	543	519	573	1461	1121	
Resolução nº 2.170 - Financiamento imobiliário					0					5			
Commercial Paper	1783	1190	338	182	381	14	60	115	192	161	55	379	
Bônus e notes	1507	4833	7598	5961	9650	304	2986	3451	2909	2618	5177	2465	
Export Securities	278	30	675	251	494	42	68	350	34	112	95	32	
Renovações	364	148	1054	1098	1304	149	697	223	235	77	265	13	
Financiamentos	4160	2332	3282	4353	4576	1236	954	800	1586	968	2032	1712	
Registrados	858	447	449	630	1074	247	225	204	398	242	500	351	
Autorizados	3302	1885	2833	3723	3502	989	729	596	1188	726	1532	1361	
Leasing e aluguel	1519	1173	1005	842	1143	269	291	277	306	328	755	268	
Pagamentos antecipados de exportação	85	1119	1421	1880	4273	578	1005	1313	1377	1533	1551	2044	

1/ O período refere-se ao mês inicialmente previsto para ingresso do Firce, que pode não ocorrer.

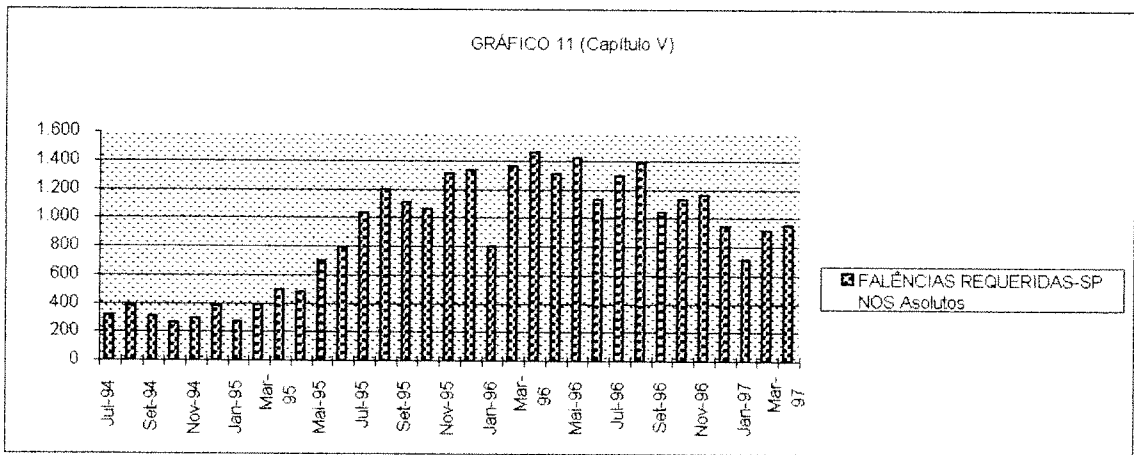
FONTE: Boletim do Banco Central (Janeiro 1997)



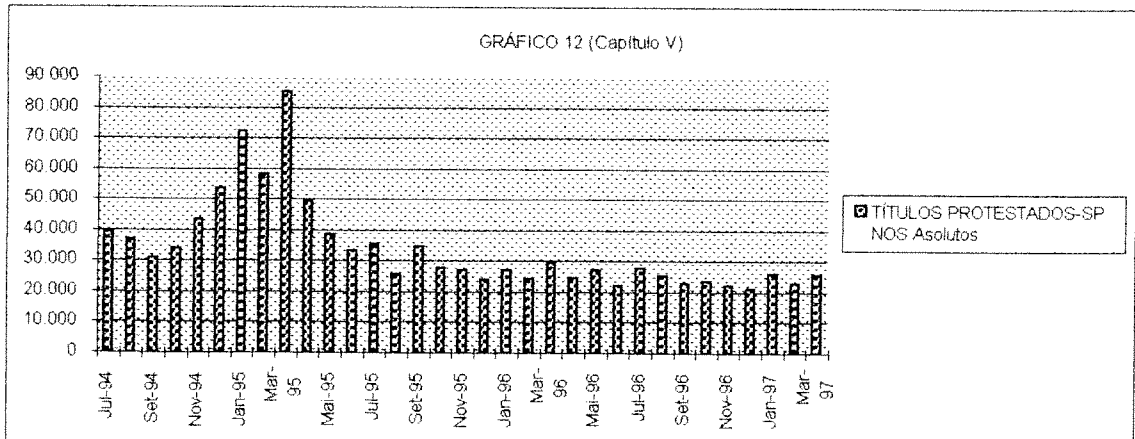
Fonte: ACSP



Fonte: IBGE



Fonte: ACSP



Fonte: ACSP

ANÁLISE ECONÔMICA - FINANCEIRA

QUADRO 1 - BALANÇO PATRIMONIAL

EM R\$1.000,00

EXERCÍCIO MÊS	94	95	96	ANÁLISE		ANÁLISE		
	12	12	12	HORIZONTAL		VERTICAL		
Disponibilidades	572.741	649.465	853.397	13	31	3	2	2
Aplic. Interf. de Liq.	742.462	6.737.011	7.547.808	807	12	4	23	22
Merc. Aberto	31.640	5.791.323	6.893.862	18204	19	0	20	20
Dep. Interf.	710.822	945.688	653.746	33	-31	4	3	2
Apl. Moeda Estrang.	0	0	0	0	0	0	0	0
Tít. e Vals. Mobil.	1.590.657	1.212.902	3.799.823	-24	213	9	4	11
Cart. Prop. VCP's	246.237	518.986	3.011.533	111	480	1	2	9
Vinc. N.I.V./Compr.Recom.	790.458	36.725	828.901	-95	2157	4	0	2
Vinc. BACEN	553.962	657.191	-40.611	19	-106	3	2	0
Relações Interfinan.	3.177.000	2.822.074	1.797.051	-11	-36	17	10	5
Pgto Receb. a Liquidar	165	383	857	132	124	0	0	0
Cred. Vinc. Bacen	3.166.193	2.808.093	1.782.568	-11	-37	17	10	5
Cred. Vinc. Bacen 8024/90	0	0	0	0	0	0	0	0
Correspondentes	48	27	1	-44	-96	0	0	0
Outros/SFH	10.594	13.571	13.625	28	0	0	0	0
Relações Interdepen.	11.491	25.684	73.488	124	186	0	0	0
Operações de Crédito	5.029.654	6.781.054	7.244.179	35	7	27	23	21
Empr. Setor Privado	5.190.943	6.904.170	7.293.287	33	6	28	24	21
Empr. Setor Público	20	1	0	-95	-100	0	0	0
Financ. em Atraso	0	0	0	0	0	0	0	0
Fin. Imobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0
Financ. RURAL	0	0	0	0	0	0	0	0
Dir. Creditórios Adq.	0	0	0	0	0	0	0	0
(-)Op. Cred. Cedidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Op. Cred. Liq. Duv.	0	0	0	0	0	0	0	0
(-)Prov.p/Cred. Liq.	-161.309	-123.117	-49.108	-24	-60	-1	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Oper. Arrend. Mercantil	16.708	13.569	11.939	-19	-12	0	0	0
Arrend. a receber	16.708	20.442	11.939	22	-42	0	0	0
Rendas a Aprop.	0	-6.873	0	0	-100	0	0	0
Outros Créditos	1.541.348	2.469.115	5.090.589	60	106	8	9	15
Cred.p./Avais Fian.	0	0	0	0	0	0	0	0
Cart. de Câmbio	1.226.192	1.563.755	2.063.923	28	32	7	5	6
Dividendos à Receber	29.693	15.917	549.612	-46	3353	0	0	2
Negoc. Intern. Vals.	282	111	349	-61	214	0	0	0
Diversos	289.382	889.332	2.476.705	207	178	2	3	7
Creds. Liq. Duvidosa	0	0	0	0	0	0	0	0
(-)Prov. Cred. Liq.	-4.201	0	0	-100	0	0	0	0
Outros Vals. e Bens	14.790	38.183	123.340	145	241	0	0	0
ATIVO CIRCULANTE	12.696.851	20.747.057	28.541.414	63	28	69	72	77
Aplic. Int. Liq./CDI	9.968	10.761	11.493	8	7	0	0	0
Tít. Vis. Mob./CPV. BACEN	3.249	11.586	49.928	257	331	0	0	0
Rel. Interf./VINC. SFH	108.616	132.872	135.755	22	2	1	0	0
Rel. Interdepend.	0	0	0	0	0	0	0	0
Operações de Crédito	2.372.825	3.973.666	4.191.287	67	5	13	14	12
Setor Privado	2.372.823	3.973.664	4.191.287	67	5	13	14	12
Setor Público	2	2	0	0	-100	0	0	0
S. Privado em Atraso	0	0	0	0	0	0	0	0
Fin. Imobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0
Fin. Rural	0	0	0	0	0	0	0	0
Dir. Creditórios Ad.	0	0	0	0	0	0	0	0
(-)Op. Cred. Cedidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Op. Cred. Liq. Duv.	200.697	573.534	377.759	186	-34	1	2	1
(-)Prov.p/Cred. Liq.	-200.697	-573.534	-377.759	186	-34	-1	-2	-1
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Operações de Arrend.	19.008	10.801	1.385	-43	-87	0	0	0
Outros Créditos	28.215	2.604	171.220	-91	6475	0	0	0
Cred.p./Avais Fian.	0	0	168.022	0	0	0	0	0
Carteira de Câmbio	0	0	0	0	0	0	0	0
Rendas a Receber	0	0	0	0	0	0	0	0
Negoc. Intern. Vals.	0	0	0	0	0	0	0	0
Diversos	28.215	2.604	3.198	-91	23	0	0	0
Creds. Liq. Duvidosa	15.909	14.605	10.737	-8	-26	0	0	0
(-)Prov. Cred. Liq.	-15.909	-14.605	-10.737	-8	-26	0	0	0
Outros Vals. e Bens	351	127	404	-64	218	0	0	0
REAL. LONGO PRAZO	2.542.232	4.142.417	4.561.472	63	10	14	14	13
Investimentos	2.048.946	2.868.906	2.247.287	40	-22	11	10	7
Imobilizado de Uso	827.647	858.704	704.898	4	-18	5	3	2
Imob. de Arrendamento	25.416	36.752	36.551	45	-1	0	0	0
Diferido	166.469	212.251	239.355	28	13	1	1	1
PERMANENTE	3.068.478	3.978.613	3.228.081	30	-19	17	14	9
TOTAL ATIVO	18.307.561	28.866.087	34.330.967	58	19	100	100	100

Fonte: Balanços Anuais - Jornal do Comércio (12/01/95); e Gazeta Mercantil (30/01/96 e 28/01/97)

EXERCÍCIO MÊS	94	95	96	ANÁLISE		ANÁLISE		
	12	12	12	HORIZONTAL		VERTICAL		
Depósitos	10.389.440	14.856.035	14.743.654	43	-1	57	51	43
À Vista	2.072.665	2.673.883	2.303.306	29	-14	11	9	7
De Poupança	5.317.150	8.386.521	10.185.638	58	21	29	29	30
Interfinanceiros	5.854	125.146	10.097	2038	-92	0	0	0
A Prazo	2.993.771	3.670.485	2.244.613	23	-39	16	13	7
Captação Merc. Aberto	777.682	3.774.637	6.215.074	385	65	4	13	18
Carteira Própria	747.281	36.750	683.658	-95	1760	4	0	2
Carteira de Terceiros	30.401	3.737.887	5.531.416	12195	48	0	13	16
Recursos Ac.Em.Imobs.	24.764	77.252	11.867	212	-85	0	0	0
Rec. Aceites Camb.	24.764	77.252	11.867	212	-85	0	0	0
Rec. Debs./Em. Imobs.	0	0	0	0	0	0	0	0
Relações Interfinan.	3.434	4.493	21.581	31	380	0	0	0
Rec. e Pag. a Liquidar	22	4	0	-82	-100	0	0	0
Repass. Interfin.	0	0	0	0	0	0	0	0
Correspondentes	3.412	4.489	21.581	32	381	0	0	0
Serv. Comp. Cheque	0	0	0	0	0	0	0	0
Relações Interdepen.	131.142	258.311	392.034	97	52	1	1	1
Obrig. por Empréstimos	899.467	1.721.625	2.975.901	91	73	5	6	9
Pais-Inst. Ofic.	1.551	0	2.077	-100	0	0	0	0
Pais-Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
no Exterior	897.916	1.721.625	2.973.824	92	73	5	6	9
Obr. Repass. Pais-Inst. Of.	248.803	430.217	585.882	74	36	1	1	2
BACEN	0	0	0	0	0	0	0	0
CEF	0	0	0	0	0	0	0	0
BNDES/FINAME	248.803	430.194	585.882	74	36	1	1	2
BB	0	0	0	0	0	0	0	0
TN	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Inst.	0	23	0	0	-100	0	0	0
Obr. Repass. Exterior	72.617	237.531	916.963	227	286	0	1	3
Outras Obrigações	1.394.980	1.358.120	1.662.782	-3	22	8	5	5
Cobr. Arrecad. Tribs.	14.832	20.703	21.939	40	6	0	0	0
Cart. Câmbio	534.520	85.722	255.743	-84	198	3	0	1
Fisc. Prev./Soc. Est.	281.113	804.072	776.964	186	-3	2	3	2
Bacen 8024/90	0	0	0	0	0	0	0	0
Diversas	434.931	439.060	607.431	1	38	2	2	2
Neg. Interm. Val.	129.584	8.563	705	-93	-92	1	0	0
PASS. CIRCULANTE	13.940.329	22.718.221	27.525.738	63	21	76	79	80
Depósitos Interfinan.	12.421	12.892	11.415	4	-11	0	0	0
Depósitos a Prazo	9.921	13.569	82.675	37	509	0	0	0
Rel. Interf.	0	0	0	0	0	0	0	0
Relações Interdepend.	0	0	0	0	0	0	0	0
Obr. por Empréstimos	1	266	25.440	26500	9464	0	0	0
no País-Ofic.	0	0	0	0	0	0	0	0
no País-Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
no Exterior	1	266	25.440	26500	9464	0	0	0
Obr. Repass. Pais-Inst.	531.153	864.327	1.104.188	63	28	3	3	3
BACEN	0	0	0	0	0	0	0	0
CEF	0	0	0	0	0	0	0	0
BNDES/FINAME	525.428	859.604	1.104.188	64	28	3	3	3
BB	0	0	0	0	0	0	0	0
TN	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Instit.	5.725	4.723	0	-18	-100	0	0	0
Obr. Repass. Exterior	136.801	414.436	119.531	203	-71	1	1	0
Out. Obrig.	9.383	0	0	-100	0	0	0	0
EXIG. LONGO PRAZO	699.480	1.305.490	1.343.249	87	3	4	5	4
EXIGÍVEL TOTAL	14.639.809	24.023.711	28.868.987	64	20	80	83	84
RESULT. EXERC. FUT.	113	284	1.789	151	523	0	0	0
Capital	215.000	1.874.800	2.400.000	772	28	1	6	7
de domic. no País	212.071	1.947.856	2.367.195	818	22	1	7	7
de domic. no Exter.	2.929	26.994	32.805	822	22	0	0	0
(-)Capital a Realiz.	0	-100.050	0	0	-100	0	0	0
Corr. Monet. Capital	1.586.914	413.809	0	-74	-100	9	1	0
Reservas	1.865.725	2.553.483	3.060.211	37	20	10	9	9
Lucros/Prej. Acum.	0	0	0	0	0	0	0	0
Part. Minor.	0	0	0	0	0	0	0	0
PATRIMÔNIO LIQUID.	3.667.639	4.842.092	5.460.211	32	13	20	17	16
Receitas Operacionais	0	0	0	0	0	0	0	0
Receitas N. Operacionais	0	0	0	0	0	0	0	0
(-)Despesas Operacionais	0	0	0	0	0	0	0	0
(-)Despesas N. Operacionais	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Corr. Monet. V. R.	0	0	0	0	0	0	0	0
CONTAS DE RESULTADO	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL PASSIVO	18.307.561	28.866.087	34.330.987	56	19	100	100	100

EM R\$ 1.000,00

EXERCÍCIO MÊS	94	95	96	ANÁLISE		ANÁLISE		
	12	12	12	HORIZONTAL		VERTICAL		
REC. DE INTERM. FINANC.	10.932.050	7.497.848	6.965.971	-31	-7	100	100	100
Operações de Crédito	5.560.639	5.663.280	4.606.091	2	-19	51	76	66
Op. Arrend. Mercantil	73.119	32.291	18.567	-56	-43	1	0	0
Res. de Tit. Vals. Mobils.	3.742.153	1.027.407	1.799.391	-73	75	34	14	26
Aplic. Compulsórias	1.038.814	513.152	224.905	-51	-56	10	7	3
Resultado de Câmbio	517.325	281.718	317.017	-49	21	5	3	5
Ajust. Prog. Estab. Econ.	0	0	0	0	0	0	0	0
Ganh. Pass./Perd. Ativ.	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS DE INTERM.FINANC.	-9.023.781	-5.627.311	-4.684.106	-38	-17	-83	-75	-67
Captação no Mercado	-7.836.319	-3.947.206	-2.811.107	-50	-29	-72	-53	-40
Empr. Cess. e Repasses	-810.558	-473.393	-745.514	-42	57	-7	-6	-11
Arrendamento Mercantil	-4.232	-8.877	-5.736	110	-35	0	0	0
Resultado de Câmbio	0	0	0	0	0	0	0	0
Ajust. Prog. Estab. Econ.	0	0	0	0	0	0	0	0
Perd. Ativ./Ganh. Pass.	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisão Cred. Liq. Duv.	-372.672	-1.197.835	-1.121.749	221	-6	-3	-16	-16
RES. BRUTO INTERM.FINANC.	1.908.269	1.870.537	2.281.865	-2	22	17	25	33
OUTR. REC./DESP. OPERAC.	-848.675	-1.099.138	-1.431.511	30	30	-8	-15	-21
Rec. de Prest. Serv.	371.864	855.804	1.037.541	130	21	3	11	15
Res. de Partic. Colig.	0	0	0	0	0	0	0	0
Desp. de Pessoal	-1.028.271	-1.473.473	-1.701.736	43	15	-9	-20	-24
Outras Desp. Administ.	-666.759	-1.103.655	-1.453.718	66	32	-6	-15	-21
Despesas Tributárias	-47.406	-68.245	-108.438	44	59	0	-1	-2
Outr. Rec./Desp. Oper.	521.897	690.631	794.840	32	15	5	9	11
RESULTADO OPERACIONAL	1.059.594	771.399	850.354	-27	10	10	10	12
RESULT. NÃO-OPERACIONAL	-16.031	-22.241	-24.172	39	9	0	0	0
RESULT. CORR. MONETÁRIA	-568.172	-131.312	0	-77	-100	-5	-2	0
AJUSTES	0	0	0	0	0	0	0	0
RESULT. ANTES DO I.R.	475.391	617.846	826.182	30	34	4	8	12
I. R. / Contrib. Social	-29.679	-77.727	-1.689	162	-98	0	-1	0
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0
PARTICIP. ESTATUTÁRIA	0	0	0	0	0	0	0	0
RESULTADO DO BALANÇO	445.712	540.119	824.493	21	53	4	7	12

QUADRO 3 - ANÁLISE DE RISCO

EM R\$1.000,00

EXERCÍCIO MÊS	94	95	96	ANÁLISE	
	12	12	12	HORIZONTAL	
I) Cred. Liq. X Financiamento					
I) Carteira Total (%):	7.780.394	11.465.976	11.873.070		
Prov. Créd. Liq.	362.006	696.651	426.867	92	-39
Cred. Liq. Duv.	200.697	573.534	377.759	186	-34
% Créd. Liq. Duv. / Cart. Total	2,58	5,00	3,18		
% Prov. Créd. Liq. / Créd. Liq. Duv.	180,37	121,47	113,00		

QUADRO 4 - ANÁLISE DE RENTABILIDADE

EM R\$1.000,00

EXERCÍCIO MÊS	94	95	96	ANÁLISE		ANÁLISE		
	12	12	12	HORIZONTAL		VERTICAL		
(+) Receitas de Crédito	5.633.758	5.695.571	4.624.658	1	-19	48	63	53
(+) Receitas de Aplicações	5.298.292	1.802.277	2.341.313	-66	30	45	20	27
(-) Desp. Funding	-8.651.109	-4.429.476	-3.562.357	-49	-20	-73	-49	-40
RES.PARCIAL INTER.FINANC.	2.280.941	3.068.372	3.403.614	35	11	19	34	39
OUTRAS REC./DESP. FINANC.	-47.406	-68.245	-108.438	44	59	0	-1	-1
(+) Ganh.Pass./Perd.Ativ.	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Perd.Ativ./Ganh.Pass.	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Desp. Tributária	-47.406	-68.245	-108.438	44	59	0	-1	-1
RESULT.ATIV.FINANC.BÁSICA	2.233.535	3.000.127	3.295.176	34	10	19	33	37
OUTRAS REC./DESP. OPERAC.	-1.173.941	-2.228.728	-2.444.822	90	10	-10	-25	-28
(+) Ajustes	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Rec. Prest. Servicos	371.864	855.604	1.037.541	130	21	3	9	12
(-) Ajustes	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Prov.Deved.Duvidosos	-372.672	-1.197.835	-1.121.749	221	-6	-3	-13	-13
(-) Despesas de Pessoal	-1.028.271	-1.473.473	-1.701.736	43	15	-9	-16	-19
(-) Outras Desp. Administ.	-666.759	-1.103.655	-1.453.718	66	32	-6	-12	-17
(+/-)Result.Partic.Colig.	0	0	0	0	0	0	0	0
(+/-)Outras Operacionais	521.897	690.631	794.840	32	15	4	8	9
RESULTADO OPERACIONAL	1.059.594	771.399	850.354	-27	10	9	9	10
Result. Não-Operacional	-16.031	-22.241	-24.172	39	9	0	0	0
Result. Corr. Monetária	-568.172	-131.312	0	-77	-100	-5	-1	0
RESULT. ANTES I.R.	475.391	617.846	826.182	30	34	4	7	9
(-) Provisão do I.R.	-29.679	-77.727	-1.689	162	-98	0	-1	0
(-) Contrib. Social	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Particip. Estatut.	0	0	0	0	0	0	0	0
RESULTADO LÍQUIDO	445.712	540.119	824.493	21	53	4	6	9

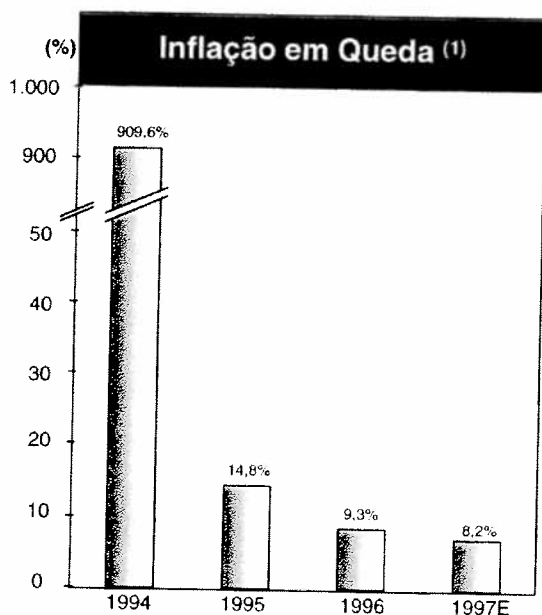
QUADRO 5 - QUADRO EVOLUTIVO DA RELAÇÃO :
OPERAÇÕES DE RISCO/ COMPULSÓRIOS X FUNDINGS NATURAIS

EM R\$1.000,00

ATIVO	94	95	96	PASSIVO	94	95	96
	12	12	12		12	12	12
Outros	0	0	0	Dep. à Vista	2.072.665	2.673.883	2.303.306
Operações Crédito	7.764.485	11.451.371	11.862.333	Dep. Poupança	5.317.150	8.386.521	10.185.638
Compulsórios	3.720.155	3.485.284	1.741.957	Dep. à Prazo	3.003.692	3.684.054	2.327.288
Coobrigações	0	0	0	Letras Hipotec/Aceites	24.764	77.252	11.867
Outros Vals. e Bens	15.141	36.310	123.744	Empréstimos Exterior	897.917	1.721.891	2.999.264
Créd. Vinc. SFH	119.210	146.443	149.380	Emprést. Inst. Of. LP	0	0	0
Arrend. Mercantil	35.716	24.370	13.324	Repasses Exterior	209.218	651.967	1.036.494
				Repasses inst. Of.	777.956	1.294.544	1.690.070
				PDD	362.006	696.651	426.867
				Capital de Giro	624.577	902.231	2.268.681
SUB-TOTAL CP + LP	11.854.707	15.123.778	13.890.738	SUB-TOTAL CP + LP	13.289.945	20.088.994	23.249.475
"Colchão"	1.635.238	4.965.216	9.358.737				
TOTAL	13.289.945	20.088.994	23.249.475	TOTAL	13.289.945	20.088.994	23.249.475

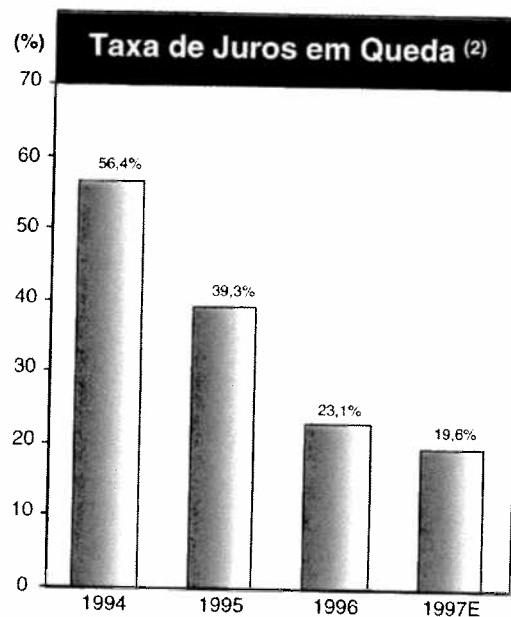
CAPÍTULO VII

Quadro 1 - Evolução da Inflação

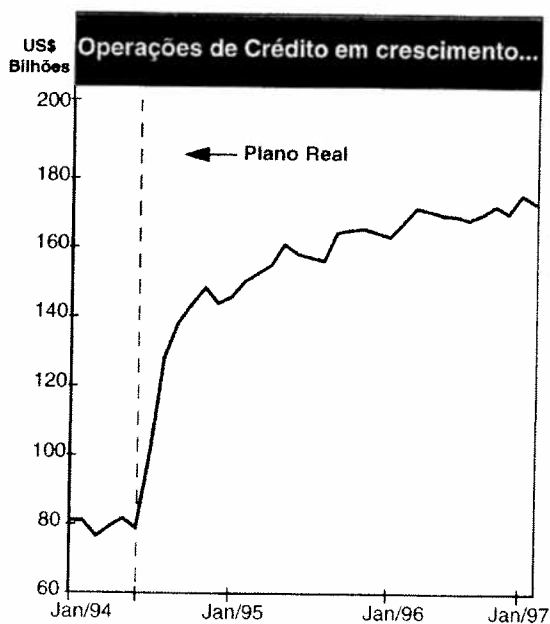


Notas: (1) Fonte: IGP-DI; projeção da WEFA
(2) SELIC; projeção do Morgan Stanley

Quadro 2 - Evolução da Taxa de Juros

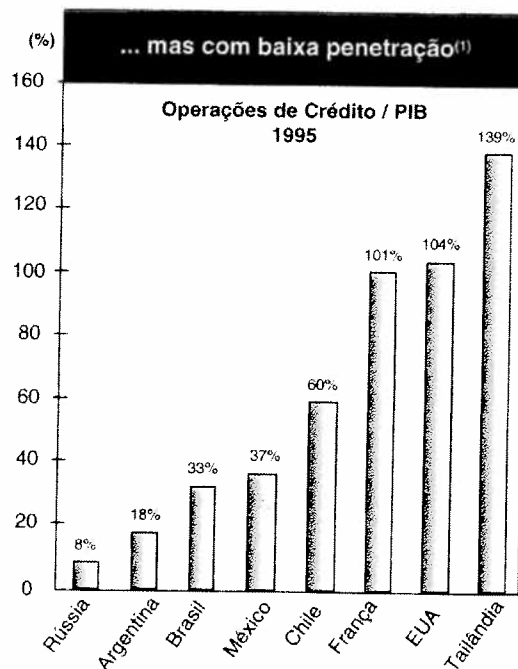


Quadro 3 - Evolução das Operações de Crédito



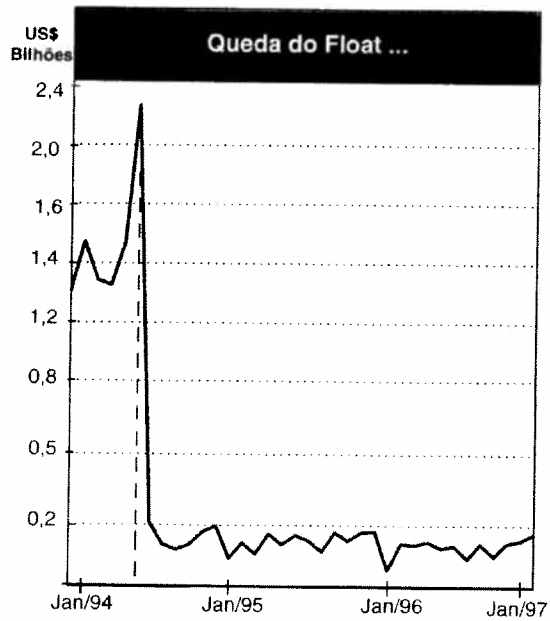
Notas: (1) Fonte: FMI

Quadro 4 - Índice de Penetração

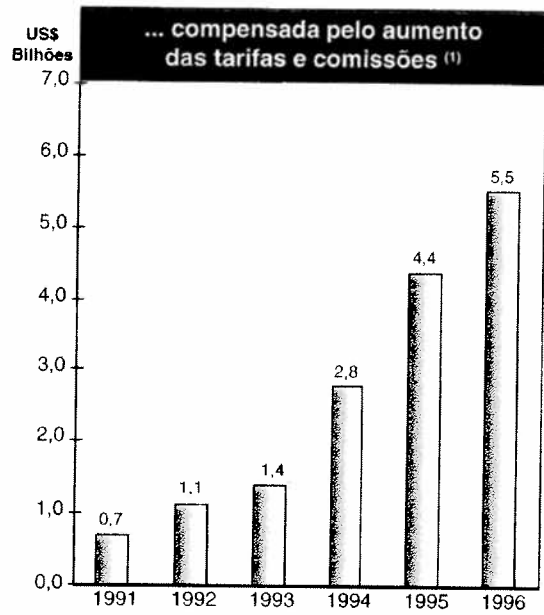


CAPÍTULO VII

Quadro 5 - Evolução do Floating



Quadro 6 - Evolução das Tarifas e Comissões



Notas: (1) Média de 7 bancos: Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Noroeste, Real, Sudameris e Unibanco